

**UNIVERSIDADE DE RIO VERDE (UniRV)
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

GUSTAVO CARMO SATO

**RELATÓRIOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE: UM ESTUDO
SOBRE OS FATORES QUE INFLUENCIAM NO *AUDIT DELAY***

RIO VERDE, GO

2016

GUSTAVO CARMO SATO

**RELATÓRIOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE: UM ESTUDO SOBRE OS
FATORES QUE INFLUENCIAM NO *AUDIT DELAY***

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Rio Verde (UniRV), como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof.^a Ma. Eliene Aparecida de Moraes

RIO VERDE, GO

2016

Ficha Catalográfica

SATO, Gustavo Carmo.

Relatórios de auditoria independente: um estudo sobre os fatores que influenciam no *audit delay*/ Gustavo Carmo Sato. - Rio Verde. - 2016.
59f.

Monografia (Graduação) apresentada à Universidade de Rio Verde –
UniRV - Faculdade de Ciências Contábeis, 2016.
Orientador Prof.^a Ma. Eliene Aparecida de Moraes

1. Atrasos. 2. Fatores. 3. Influência

Bibliotecário (a) responsável:

GUSTAVO CARMO SATO

**RELATÓRIOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE: UM ESTUDO
SOBRE OS FATORES QUE INFLUENCIAM NO *AUDIT DELA***

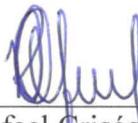
Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado a Banca Examinadora do Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Rio Verde (UniRV), como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Rio Verde, GO, 22 de novembro de 2016

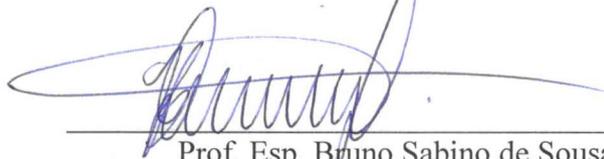
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a. Ma. Eliene Aparecida de Moraes
Universidade de Rio Verde (UniRV)



Prof. Esp. Rafael Crisóstomo Alves
Universidade de Rio Verde (UniRV)



Prof. Esp. Bruno Sabino de Sousa
Universidade de Rio Verde (UniRV)

Dedico este trabalho a minha avó, Orivalda Maria de Oliveira Carmo, que sempre foi meu esteio e exemplo de vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos meus amigos que me ajudaram a superar os dias difíceis e familiares que me apoiaram durante essa jornada, a Deus que me deu a habilidade de persistir durante as dificuldades e a capacidade de aprender.

Agradeço a minha professora orientadora Eliene Aparecida de Moraes pelas palavras de incentivo durante o desenvolvimento deste trabalho e por todo conhecimento passado a mim e meus colegas de classe durante o curso.

Agradeço a todos os demais professores que tive a honra de poder partilhar de sua sabedoria e que com empenho fizeram o melhor para me capacitar e preparar para o futuro.

RESUMO

SATO, Gustavo Carmo. *Relatórios de auditoria independente: um estudo sobre os fatores que influenciam no audit delay*. 2016. 59p. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – UniRV - Universidade de Rio Verde, Rio Verde, 2016.♦

Este estudo teve como objetivo analisar alguns fatores que influenciam no *audit delay* das empresas listadas na BM&FBovespa, devido ao pequeno número de pesquisas nacionais sobre esse tema, mesmo influenciando nas decisões de investidores. Foi desenvolvido a partir de dados coletados no sítio da BM&FBovespa. Esta pesquisa é classificada como descritiva, baseando-se em documentos e apresentando seus resultados na forma quali-quantitativa. Os fatores analisados foram: presença de Comitê de Governança Corporativa, reporte de prejuízos, setor de atuação, tipo de parecer, índice de liquidez, índice de endividamento, tamanho da empresa auditada, firma de auditoria e rodízio de auditores. Os atrasos na entrega dos pareceres das empresas foram comparados em razão de cada um dos fatores apresentados. Dessa forma os estudos demonstraram uma influência negativa nos fatores: presença de Comitê de Governança Corporativa, reporte de prejuízos e tipo de parecer. Não houve influência significativa nos fatores: índice de liquidez, endividamento, firma de auditoria e rodízio de auditores. Nos fatores “setor de atuação” e “tamanho da empresa auditada” houve influência, mas não foi possível identificar qual característica foi responsável por essa influência.

Palavras-chave: Atrasos, fatores, influência.

♦ Banca examinadora: Prof.^a Ma. Eliene Aparecida de Moraes – UniRV (Orientadora); Prof.^o Esp. Rafael Crisóstomo Alves; Prof.^o ? – UniRV.

ABSTRACT

SATO, Gustavo Carmo. *Independent audit reports: a study on factors that influence audit delay*. 2016. 59p. Monograph (Graduation in Accounting) – UniRV - University of Rio Verde, Rio Verde, 2016. ♦

This study aimed to analyze some factors that influence the audit delay of companies listed on BM&FBovespa, due to the small number of national surveys on this topic, even if it influences the investors' decisions. It was developed based on data collected from the BM&FBovespa website. This research is classified as descriptive, relying on documents. We report the results in the quali-quantitative approach. The factors analyzed were: Corporate Governance Committee presence, damage report, activity sector, audit reports, liquidity ratio, debt ratio, audited company size, auditing firm and audit rotation. The delivery delays of corporate reports were compared by each of the factors listed. Therefore, the results showed a negative influence on the factors like Corporate Governance Committee presence, damage and audit reports. There was no significant influence on the factors as liquidity and debt ratio, auditing firm and audit rotation. Activity sector and company audited size influenced the results as well, but it was not possible to identify which characteristic were responsible for it.

Keywords: Delays. Factors. Influence.

♦ Examining board: Teacher Ma. Eliene Aparecida de Moraes – UniRV (Advisor); Teacher Esp. Rafael Crisóstomo Alves – UniRV; Teacher ? – UniRV.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Seleção de artigos publicados relacionados ao audit delay	21
QUADRO 2 – Instrumento de coleta de dados	23
QUADRO 3 – Descrição das variáveis	26
QUADRO 4 – Empresas que tiveram ocorrência das questões estudadas	28
QUADRO 5 – Dias entre a data da publicação do parecer e o encerramento do exercício	29
QUADRO 6 – Informações complementares	30
QUADRO 7 – Média de dias entre a data da publicação do parecer e o encerramento do exercício por setor	31
QUADRO 8 – Parâmetros para classificação do atraso por quartis	31
QUADRO 9 – Classificação do audit delay de acordo com os quartis	32
QUADRO 10 – Classificação do Nível de Governança Corporativa.....	34
QUADRO 11 – Audit delay de acordo com a Governança Corporativa.....	35
QUADRO 12 – Abreviação dos tipos de pareceres	35
QUADRO 13 – Audit delay de acordo com o “Tipo de Parecer”	36
QUADRO 14 – Quantidade de empresas por “Tipo de Parecer”	37
QUADRO 15 – Audit delay por “Tipo de Parecer”	37
QUADRO 16 – Valores dos prejuízos por empresa (em mil R\$)	38
QUADRO 17 – Audit delay por empresas com e sem prejuízo nos anos analisados	39
QUADRO 18 – Índice de Liquidez médio	40
QUADRO 19 – Total do ativo.....	42
QUADRO 20 – Tamanho da empresa X Classificação do audit delay	43
QUADRO 21 – Índice médio de endividamento geral.....	45
QUADRO 22 – Abreviações	46
QUADRO 23 – Firmas de auditoria	47
QUADRO 24 – Audit delay Big Four X Audit delay Outras.....	49
QUADRO 25 – Audit delay em relação aos rodízios da firma de auditoria	50

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.....	12
1.2 OBJETIVOS	12
1.2.1 Objetivo geral	12
1.2.2 Objetivos específicos.....	12
1.3 JUSTIFICATIVA.....	13
1.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 AUDITORIA E SUAS ATRIBUIÇÕES	14
2.1.1 Tipos de pareceres	15
2.1.2 Técnicas de auditoria.....	16
2.2 GOVERNANÇA CORPORATIVA	17
2.3 <i>AUDIT DELAY</i>	18
2.3.1 Estudos anteriores.....	19
3 PROCEDIMENTOS E MÉTODOS	22
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	22
3.2 POPULAÇÃO, AMOSTRA E PERÍODO DE ESTUDO	22
3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	23
3.4 FATORES QUE INFLUENCIAM O <i>AUDIT DELAY</i>	24
3.4.1 H1: A presença da Governança Corporativa influencia o <i>audit delay</i>	24
3.4.2 H2: A presença de prejuízos da empresa influencia o <i>audit delay</i>	24
3.4.3 H3: O tipo de parecer influencia o <i>audit delay</i>	24
3.4.4 H4: O tamanho da empresa influencia o <i>audit delay</i>	25
3.4.5 H5: A qualidade da liquidez da empresa influencia o <i>audit delay</i>	25
3.4.6 H6: O endividamento total da empresa influencia o <i>audit delay</i>	25
3.4.7 H7: A firma de auditoria influencia o <i>audit delay</i>	25
3.4.8 H8: O rodízio da firma de auditoria influencia o <i>audit delay</i>	26
3.5 MÉTODO DE ANÁLISE	27
4 RESULTADO E ANÁLISE DOS DADOS.....	28
4.1 CLASSIFICAÇÃO DO <i>AUDIT DELAY</i> POR QUARTIS.....	31

4.2 <i>AUDIT DELAY</i> POR “GOVERNANÇA CORPORATIVA”	33
4.3 <i>AUDIT DELAY</i> POR TIPO DE PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE.....	35
4.4 <i>AUDIT DELAY</i> POR “PREJUÍZO”	38
4.5 <i>AUDIT DELAY</i> POR “ÍNDICE DE LIQUIDEZ”	39
4.6 <i>AUDIT DELAY</i> PELO “TAMANHO DA EMPRESA”	41
4.7 <i>AUDIT DELAY</i> PELO “ENDIVIDAMENTO GERAL”	43
4.8 <i>AUDIT DELAY</i> PELA “FIRMA DE AUDITORIA”	46
4.9 <i>AUDIT DELAY</i> POR “RODÍZIO DE AUDITORIA”	49
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	53
APÊNDICE	58

1 INTRODUÇÃO

A auditoria é o processo de avaliação das operações e demonstrações contábeis das empresas, utilizando-se de procedimentos técnicos e que resulta na emissão de um relatório contendo recomendações ou parecer técnico sobre a adequação aos princípios contábeis e legislações específica (CREPALDI, 2013).

O primeiro registro concreto no Brasil ocorreu em 1862, com a aprovação do estatuto da CIA de navegação a vapor Bahiana – Anonyma. Em 1915, a primeira empresa de auditoria independente se instalou no Brasil, a *Pricewaterhouse & Peat Marwick*, o que influenciou o desenvolvimento da auditoria no país, além da evolução do mercado de capitais, crescimento das empresas brasileiras e a criação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Lei 6.404/76 (CREPALDI, 2006).

Com a evolução do mercado de capitais e a convergência às normas internacionais de contabilidade, que iniciou com o advento da Lei nº 11.638/2007, os serviços de auditoria tiveram seu grau de dificuldade aumentado devido à complexidade das informações contábeis (ANTUNES et al., 2012) e, por consequência, pode ter acarretado no aumento do *audit delay* dessas empresas (TORRES, 2011).

O *audit delay* é representado pelo número de dias entre o encerramento do exercício da demonstração auditada e a data da publicação do parecer do auditor independente. Ele pode ser influenciado por diversos fatores, Camargo (2012) relaciona fatores operacionais da empresa, como prejuízos nos exercícios auditados, setor de atuação e qualidade de liquidez da empresa. Pereira e Costa (2012) trazem como determinantes do *audit delay* a presença de ressalvas nos pareceres, a presença de prejuízos no exercício e o tamanho da empresa auditada. De acordo com Cunha et al. (2015), relaciona as características da Governança Corporativa com os atrasos dos pareceres técnicos.

Para ajudar a reduzir essas características negativas, houve a criação da Governança Corporativa, onde um de seus comitês é responsável por verificar o grau de risco da entidade e avaliar procedimentos internos (CAMARGO, 2012).

O presente estudo está estruturado em 05 (cinco) títulos: Introdução, Referencial Teórico, Procedimentos e Métodos, Resultado e Análise dos dados, e Conclusões finais. Está detalhado no Referencial Teórico alguns estudos anteriores. Para o presente estudo foram definidas 08 (oito) hipóteses baseadas nestas literaturas. Os resultados indicaram que 5 (cinco) hipóteses tiveram variações significativas no *audit delay*: setor de atuação, presença do Comitê

de Governança Corporativa, Reporte de Prejuízos no período, tipo de parecer e tamanho da empresa auditada.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Quais fatores influenciam no atraso da publicação dos relatórios de auditoria das empresas listadas na BM&FBovespa?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Verificar quais fatores influenciam para o atraso da publicação dos relatórios de auditoria.

1.2.2 Objetivos específicos

Para alcançar o objetivo geral, esta pesquisa teve os seguintes objetivos específicos:

- a) Descrever sobre os relatórios de auditoria e governança corporativa;
- b) Identificar a data de publicação dos relatórios de auditoria das empresas;
- c) Verificar a existência de comunicados referente aos relatórios publicados em atraso;
- d) Identificar os fatores que provocam o atraso na publicação dos relatórios de auditoria;
- e) Levantar os percentuais de publicação em atraso em relação aos fatores encontrados.

1.3 JUSTIFICATIVA

A justificativa para esta pesquisa abrange quatro aspectos distintos: teórico, empírico, social e acadêmico. Quanto ao aspecto teórico, essa pesquisa contribui pelo fato de não haver uma pesquisa que tenha efetivamente apresentado uma resposta que relacione diretamente as características da empresa com o atraso na divulgação dos relatórios de auditoria. Sendo assim, contribui para a temática de auditoria, em específico nos relatórios divulgados por auditores independentes, discutindo a partir dos fatores que interferem nessa divulgação.

Por serem escassas as pesquisas brasileiras que tratem dos atrasos nos relatórios de auditoria, há uma necessidade de desenvolvimento dessa área, principalmente por sua característica de provocar melhorias na relação entre investidores e empresa (CUNHA et al., 2015).

Quanto ao aspecto empírico, esta pesquisa pode incentivar as empresas a criarem processos que reduzam os impactos negativos que os fatores não contábeis provocam no tempo de divulgação dos relatórios de auditoria, trazendo como consequência a redução dos atrasos ou até mesmo erradicando-os.

Quanto ao aspecto social, esta pesquisa contribui para demonstrar aos investidores a importância de analisar não somente as demonstrações contábeis-financeiras das empresas, mas também suas características internas e externas como suporte na escolha dos seus investimentos, Dutra (2011) diz que os *stakeholders*¹ observam essas características para formar opinião a respeito da empresa. Também contribui para indicar aos órgãos reguladores possíveis falhas que possam ser corrigidas por meio de nova legislação.

Quanto ao aspecto acadêmico, esta pesquisa contribui para ajudar a tipificar os fatores negativos que contribuem para os atrasos na publicação dos relatórios dos auditores, permitindo a criação de uma didática mais ampla para o estudo da auditoria.

1.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Essa pesquisa se delimita às empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa.

¹ Investidores ou credores em potencial (DUTRA, 2011).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente capítulo traz definições de auditoria e seus relatórios, conceitos sobre a Governança Corporativa e o atraso dos pareceres do auditor (*audit delay*), além de conter um breve relato a respeito de alguns estudos anteriores em âmbito nacional e uma relação de estudos internacionais, destacados seus países e os fatores que influenciam esses atrasos.

2.1 AUDITORIA E SUAS ATRIBUIÇÕES

A auditoria pode ser definida como uma comparação entre o fato ocorrido com o que deveria acontecer utilizando-se de procedimentos técnicos aplicados de forma independente com o intuito de verificar se os relatórios e informações decorrentes dessa relação estão adequadas e justas (ARAÚJO; ARRUDA; BARRETTO, 2008).

O processo de auditoria observa alguns aspectos na sua execução, dentre eles encontram-se as indagações sobre o estado patrimonial e a gestão da entidade, o estado financeiro, a preservação contra erros e fraudes, a descoberta de erros e fraudes e avaliações sobre casos específicos de cada empresa, como compras, aspectos fiscais, rateios, capacidade administrativa e outros (SÁ, 2007).

A auditoria pode ser classificada em dois tipos distintos de serviços: a interna e a externa. A auditoria interna tem por objetivo verificar a adequação e eficácia dos controles internos e das informações da empresa. O profissional responsável por sua execução pode ter ligação direta com a empresa, ele irá analisar as suas rotinas e analisará a eficiência dos controles para o setor gerencial. Ele é responsável por emitir um relatório de adequações caso note alguma inconsistência nas operações (CREPALDI, 2013).

O foco do presente trabalho, entretanto, é quanto a auditoria independente, ou auditoria externa. De acordo com a CVM (2015), serve para assegurar a credibilidade das informações financeiras da entidade, observando a fidedignidade das informações apresentadas pela administração, a fim de proteger os usuários dessas informações, contribuindo para o mercado de valores mobiliários e melhorando a relação entre a entidade e os usuários de suas informações.

Após aplicar os procedimentos de verificação nos relatórios financeiros da entidade, o auditor independente irá divulgar sua opinião acerca destes por meio do parecer de auditoria e,

a partir da divulgação do parecer, os investidores e demais usuários dos relatórios auditados poderão aumentar o grau de confiança nos números divulgados pela administração da entidade (ARRUDA et al., 2012).

2.1.1 Tipos de pareceres

De acordo com Crepaldi (2013), o auditor independente irá emitir os pareceres de acordo com a conclusão da análise dos dados auditados. Eles podem ser: Parecer sem ressalvas, Parecer com Ressalvas, Parecer com Opinião Adversa e Abstenção de Opinião.

Parecer sem ressalvas é aquele parecer que não relata nenhuma adversidade ou necessidade de reavaliação de alguma prática contábil. Sá (2007) trata esse parecer como “parecer limpo”, quando as posições demonstradas correspondem a uma realidade.

Parecer com ressalvas é o parecer que o auditor independente emite quando há alguns pontos que ele não concorde ou que classificou como não adequado. Araújo, Arruda e Barretto (2008) referem-se a esse parecer como aquele em que o auditor identifica alguns pontos irregulares, porém não relevantes a ponto de ser necessário a emissão de um parecer adverso. Nesse parecer, termos como “exceto por”, “com exceção de” ou similares são comuns retratando o assunto objeto de ressalva. Crepaldi (2013) salienta ainda a obrigatoriedade de emissão da carta de recomendação.

Parecer com Opinião Adversa, de acordo com Araújo, Arruda e Barretto (2008), é aquele que o auditor discorda de forma significativa das demonstrações contábil-financeiras. Esse tipo de parecer é emitido quando as demonstrações contábeis não retratam com fidedignidade a realidade da entidade. Sá (2007) trata esse parecer como aquele em que “tudo está errado ou a maioria está em desacordo com a realidade”. Nessa situação o auditor deverá justificar suas razões nos parágrafos em que há a discordância.

Abstenção de opinião, ou parecer negativa, ocorre quando o auditor não emite opinião por não ter conseguido evidências suficientes para fundamentá-la, como diz Sá (2007), o auditor nega sua opinião por não conseguir embasá-la em fatos concretos.

Araújo, Arruda e Barretto (2008) ainda trazem em sua literatura um quinto parecer, no qual os autores classificam como “Parecer com Parágrafo de Ênfase”, que é aquele em que o auditor verifica uma incerteza relevante nas demonstrações ou processos, que não está irregular em relação às práticas contábeis, mas que poderão afetar a posição patrimonial e financeira da entidade quando houver a conclusão dos fatos objetos da incerteza.

2.1.2 Técnicas de auditoria

Para verificar a fidedignidade das informações contábeis, o auditor precisa recorrer a técnicas que o permite confirmar os valores ali reconhecidos. De acordo com Crepaldi (2013), as técnicas mais usuais são: exame e contagem física, circularização, conferência de cálculos, inspeção de documentos, averiguação e correlação das informações.

O exame e a contagem física são procedimentos utilizados nas contas do ativo, basicamente consistem em identificar fisicamente o bem em busca de características como quantidade, existência física, identificação, autenticidade e qualidade (CREPALDI, 2013).

A circularização, de acordo com o Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria (CNSA, 2010), é a confirmação externa de informações apresentadas nas demonstrações contábeis que podem ser atestadas por terceiros. As contas mais usuais verificadas por essa técnica, de acordo com Crepaldi (2013), são as contas a receber, a pagar, saldos bancários, tanto em conta corrente, aplicação ou empréstimos e financiamentos, e saldos específicos relevantes que tenham participação de terceiros.

A conferência dos cálculos é a técnica que atesta a correta mensuração de inventários, despesas com depreciação, amortização e depreciação, correções monetárias, reconhecimentos de juros e cálculos que exijam verificação por sua relevância (CREPALDI, 2013).

Segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade – Técnicas de Auditoria Independente - NBC TA (2012) de número 315, inspeção de documentos é a técnica que permite ao auditor buscar evidências de auditoria a respeito das informações demonstradas pela entidade. Segundo Crepaldi (2013), essa técnica permite a verificação da legitimidade dos documentos escriturados, se está de acordo com a operação e se essa operação corresponde aos objetivos da empresa, se foi corretamente preenchido e se o registro foi feito adequadamente.

A averiguação consiste em entender o tipo de controle interno que é realizado pela empresa, sendo feito mediante a formulação de perguntas às pessoas conhecedoras da transação (PEREZ JUNIOR, 2015).

A correlação é a técnica que permite averiguar a harmonia entre o fato ocorrido e o impacto que ela causa nas demonstrações, uma derivação das partidas dobradas, onde o auditor irá conferir aspectos que ocorreram na entidade e deverá observar a relação destes com áreas do Balanço Patrimonial ou a Demonstração de Resultado do Exercício (CREPALDI, 2013).

2.2 GOVERNANÇA CORPORATIVA

Governança Corporativa é o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo o relacionamento entre os proprietários (sócios/acionistas), o conselho de administração, a diretoria, os órgãos de fiscalização de demais partes interessadas (IBGC, 2015).

Para garantir que os interesses dos acionistas não interfiram nas ações praticadas pelo administrador ou pelo conselho de administração da empresa (conflito de agência) foi criada a Governança Corporativa, conforme explicam Moura et al. (2014).

O conflito de agência, de acordo com Brandão e Bernardes (2005), ocorre quando o acionista majoritário, ou controlador, utiliza seu poder de mando para satisfazer interesses próprios. Ainda segundo as autoras, a governança corporativa busca alinhar esses interesses visando a maximização da riqueza criada para todos os proprietários.

Por esse motivo, a governança corporativa é regida por alguns princípios básicos, sendo eles: Princípio da Equidade, Princípio da Transparência, Princípio da Prestação de Contas (*accountability*) e o Princípio da Responsabilidade Corporativa (IBGC, 2015).

O princípio da equidade trata da justiça e tratamento igualitário entre o agente (gestor/administração) e os proprietários (acionistas), sem interferência do poder de controle ou influência. O princípio da transparência rege a disponibilização de todas as informações que possam nortear os interessados, independente de imposições legais. O princípio da prestação de contas é aquele que obriga aos membros da Governança Corporativa a prestarem contas dos seus atos, devendo esta ser compreensível e tempestiva, além de assumirem integralmente os ônus de seus atos, e o princípio da responsabilidade corporativa diz que os membros da Governança Corporativa devem agir em prol da viabilidade econômico-financeira da entidade, reduzindo fatores negativos e aumentando os positivos (IBGC, 2015).

Devido aos seus princípios, a Governança Corporativa tem uma interatividade com a contabilidade, pois a divulgação correta das informações contábeis da entidade é a ferramenta que comprova a devida adequação dos seus membros às premissas da Governança Corporativa, portanto, as demonstrações contábeis dessas entidades tendem a ter um índice menor de erros e um grau maior de evidenciação (MALACRIDA; YAMAMOTO, 2006).

De acordo com a BM&FBovespa (2016), a Governança Corporativa é dividida em 06 (seis) níveis.

O “Nível 1” é concedido as empresas que se comprometam a dar mais transparência e acesso as informações aos investidores, divulgando informações adicionais, não somente aquelas exigidas por lei, como exemplo o calendário anual de eventos corporativos. Esse nível também exige que a entidade mantenha no mínimo 25% de suas ações circulando pelo Mercado (BMF&BOVESPA, 2016)

O “Nível 2” é para as empresas que optem por manter as ações preferenciais. Nesse nível, as ações preferenciais dão ao investidor direito ao voto em situações específicas. Também é assegurado aos acionistas que, em caso de venda do controle da empresa, o tratamento dos acionistas ordinários e preferenciais seja igual ao controlador. (BMF&BOVESPA, 2016)

O nível “Bovespa Mais” é para empresas de porte médio e pequeno que desejam ingressar no mercado de forma gradual. Ele é destinado a estimular o crescimento dessas empresas, permitindo uma melhor preparação para implementação de um alto nível de Governança Corporativa e uma boa transparência com o mercado. (BMF&BOVESPA, 2016)

O nível “Bovespa Mais 2” é similar ao “Bovespa Mais”, a diferença fica por conta da possibilidade de manter ações preferenciais e a garantia aos acionistas de tratamento igualitário em caso de venda do controle da empresa. (BMF&BOVESPA, 2016)

O nível “Novo Mercado” é para empresas que tenham capacidade de se adequar a um alto nível de Governança Corporativa. As empresas aqui listadas devem possuir apenas ações ordinárias (que dão direito a voto) e pelo menos 25% das ações devem ser mantidas em circulação. As empresas também devem adotar políticas que ampliam os direitos dos acionistas e se comprometerem a divulgar informações com mais transparência e abrangência. (BMF&BOVESPA, 2016)

As demais empresas são classificadas no nível “Básico” e devem observar a quantidade de membros no conselho fiscal, que não deve ser inferior a 3 (três). (BMF&BOVESPA, 2016)

2.3 *AUDIT DELAY*

Audit delay é o termo convencionalmente adotado para definir o período compreendido entre o encerramento do exercício social e a data da publicação do parecer do auditor independente (PEREIRA, 2011). Pereira (2011) cita ainda que caso o *audit delay* seja alto, poderá ocasionar fatores negativos na empresa, já que os usuários dos relatórios auditados

podem relacionar o atraso com possíveis incoerências nas demonstrações divulgadas, fazendo-os vender suas ações ou exigindo maior remuneração.

A legislação brasileira apresentou um elemento que contribuiu para o aumento do *audit delay*, quando em 28 de dezembro de 2007 foi promulgado a Lei nº 11.638, que deu início ao processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade para as Normas Internacionais de Contabilidade (IRFS), o que, segundo Antunes et al. (2012), aumentou o grau de complexidade dos procedimentos contábeis, que por consequência, trouxe uma complexidade também aos processos de verificação executados pelos auditores independentes.

2.3.1 Estudos anteriores

Os estudos sobre atrasos nos pareceres de auditoria no cenário brasileiro são escassos, mesmo sendo um tema bastante instigante e curioso, como descreve Cunha et al. (2015). No Brasil, Pereira e Costa (2012) estudaram os fatores que impactavam diretamente no *audit delay*, tendo como amostra as empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa no período entre 1999 e 2008. Os autores consideraram o tipo de parecer publicado, o tamanho da firma de auditoria, o rodízio do auditor independente, o tamanho da entidade auditada, o reporte de prejuízos da entidade, os itens extraordinários da entidade e a evolução ou involução do *audit delay* no período estudado. Com base nos dados coletados, os autores constataram um aumento nos atrasos nas publicações dos pareceres nas empresas que apresentaram ressalvas e prejuízos. A convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade para as Normas Internacionais de Contabilidade também contribuiu para o aumento desses atrasos. Em contrapartida, os autores identificaram uma relação inversa do tamanho da empresa auditada com o *audit delay*, ou seja, o tamanho da empresa estaria relacionado com a diminuição do atraso na publicação dos pareceres.

Camargo (2012) estudou os pareceres de auditoria das empresas brasileiras listadas na até então Bolsa de Valores de São Paulo (atual BM&FBovespa). Foram analisados 279 relatórios de auditoria referentes ao ano 2011. O autor constatou 08 (oito) tipos de fatores que aumentaram o *audit delay*, são eles: estoques divididos pelo ativo total, estoques divididos pela receita de vendas, contas a receber divididas pelo ativo circulante, contas a receber divididas pela receita de vendas, existência de prejuízos, existência de subsidiárias controladas, o tipo de controle (público ou privado) da entidade, setor de atuação. A pesquisa demonstra também uma redução do atraso da publicação dos pareceres nas empresas que possuíam um comitê de

auditoria e nas empresas que apresentaram índices de liquidez favoráveis ao cenário financeiro em que se encontravam. De acordo com o autor, esses fatores que contribuíram para os atrasos nos pareceres podem ser consequência de uma maior exposição ao risco do serviço de auditoria, pelo maior nível de complexidade exigido no processo de auditoria independente.

Cunha et al. (2015) apresentou um estudo sobre atrasos na emissão dos relatórios de auditoria independente, analisando em específico as características do comitê de auditoria dessas empresas auditadas. Foram analisadas 95 (noventa e cinco) empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa que possuíam o comitê de auditoria no ano de 2012. Os autores evidenciaram uma relação inversa do tamanho do comitê de auditoria com o *audit delay*, quanto maior era o comitê de auditoria, menor era o atraso na publicação do parecer. Eles observaram também uma contribuição positiva na redução desse atraso pelo fato de terem membros independentes e com conhecimento em finanças, contabilidade e auditoria em sua Governança Corporativa.

Pereira e Costa (2012), sintetizaram estudos anteriores, destacando os autores, nacionalidade e periódicos, apresentado nesta pesquisa na Quadro 1.

QUADRO 1 - Seleção de artigos publicados relacionados ao *audit delay*

AUTORES	PAÍS	PERIÓDICO	FATORES QUE DETERMINAM O AUMENTO DO <i>AUDIT DELAY</i>
Whittred (1980)	Austrália	The Accounting Review	Ressalva do parecer e gravidade da ressalva do parecer.
Ashton, Willingham e Elliot (1987)	Estados Unidos	Journal of Accounting Research	Ressalva no parecer, Ramo industrial, negociação em balcão, controles internos fracos, processo contábil pouco informatizado, maior trabalho de auditoria após o encerramento do ano fiscal.
Carslaw e Kaplan (1991)	Nova Zelândia	Accounting and Business Research	Menor tamanho e reporte de prejuízos.
Ng e Tai (1994)	Hong Kong	British Accounting Review	Tamanho e o grau de diversificação.
Bonsón-Ponte, Escobar-Rodríguez e Borrero-Domínguez (2008)	Espanha	International Journal of Auditing	Menor pressão regulatória e maior tamanho da empresa em relação ao seu setor.
Krishnan e Yang (2009)	Estados Unidos	SSRN e Accounting Horizons	Mudança de políticas contábeis com maior evidência e complexidade da prática contábil.

Fonte: Pereira e Costa (2012).

Essa revisão de estudos sobre o *audit delay* é importante para evidenciar ainda mais a importância de pesquisas nessa área, tendo em vista a pouca quantidade de pesquisas tratando do tema abordado.

3 PROCEDIMENTOS E MÉTODOS

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa classifica-se como descritiva, que de acordo com Gil (2002), é aquela que busca descrever características de determinado fenômeno, nesta pesquisa o *audit delay*, e estabelecer relações entre variáveis.

Quanto aos procedimentos técnicos, esta pesquisa é classificada como documental, devido suas fontes de pesquisas serem os relatórios e demonstrações de empresas já publicadas.

No que estabelece à abordagem do problema de pesquisa, esta pesquisa classifica-se como qualitativa-quantitativa. De acordo com Fernandes (2014), esta pesquisa enquadra-se como qualitativa por promover seleção de variáveis e analisar seus resultados e também conforme Gil (2002) se enquadra como quantitativa por apresentar tais resultados por meio de números, usando técnicas estatísticas.

A coleta de dados utilizada é indireta, pois se baseia em relatórios de auditoria e demonstrações contábeis já publicadas.

Quanto a abordagem da pesquisa, enquadra-se no método dedutivo, que é o método que retira uma terceira conclusão a partir de duas preposições estudadas (GIL, 2008).

Trata-se da pesquisa teórica, que é o tipo de pesquisa orientada para criar condições explicativas da realidade e para discussões permanentes. Não necessariamente interfere imediatamente na realidade, mas cria condições para isso.

3.2 POPULAÇÃO, AMOSTRA E PERÍODO DE ESTUDO

A população desta pesquisa compreende todas as empresas listadas na BM&FBovespa, totalizando 498 empresas².

O tipo de amostragem selecionado para este estudo foi o não probabilístico intencional, que não utiliza fundamentação matemática para a seleção da amostra (GIL, 2008). A amostra desta pesquisa compreende as 25 maiores empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa e as 25 menores empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa no quesito “Quantidade de Ações

² Informação retirada do *site* da BM&FBovespa em 10/06/2016.

Preferenciais” no mês de 04/2016, excluídas aquelas iguais a 0, totalizando 50 empresas como amostra.

O período de estudo compreendeu os anos de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015 e a coleta de dados ocorreu por meio dos relatórios de auditoria, demonstrações contábeis e demais relatórios publicados no sítio da BM&FBovespa.

3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Para a construção do instrumento de coleta de dados desta pesquisa, foram utilizadas hipóteses de fatores que interferem nos pareceres de auditoria, características extraídas de estudos anteriores que indicaram influências no *audit delay* e os pronunciamentos número 03 R2 e 26 R1 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

QUADRO 2 - Instrumento de coleta de dados

Nº	QUESTÕES	SIM	NÃO
1	A empresa possui o Comitê de Governança Corporativa?		
2	A empresa encerrou o exercício apresentando prejuízos?		
3	Houve algum tipo de ressalva no parecer emitido pelo auditor?		
4	A empresa apresentou bons índices de liquidez corrente no período?		
5	A empresa divulgou todas as demonstrações exigidas pelo CPC 26 R1 (10-14)?		
6	A empresa apresentou bom índice de endividamento geral no período?		
7	A empresa foi auditada por alguma das firmas de auditoria conhecidas como Big Four ³ ?		
8	A empresa teve troca de auditor entre os períodos?		
9	Número de dias entre o encerramento do exercício e a data de publicação do parecer de auditoria	
10	Valor do ativo total da empresa	
11	Valor do patrimônio da empresa	

Fonte: Desenvolvido pelo autor (2016).

Para auxiliar no desenvolvimento desta pesquisa, serão utilizados como referência os: CPC 03 (R2) e o CPC 26 (R1). O CPC 03 (R2) trata da definição e estrutura da Demonstração dos Fluxos de Caixa, que é um relatório integrante do conjunto completo de demonstrações

³ PricewaterhouseCoopers, Ernst & Young, Deloitte, KPMG (CARIDE, 2015).

exigidas pelo CPC 26 (R1). O CPC 26 (R1) rege a apresentação das demonstrações contábeis, sua estrutura e formas de reconhecimento e mensuração das contas.

3.4 FATORES QUE INFLUENCIAM O *AUDIT DELAY*

Esta pesquisa seguirá algumas hipóteses para o desenvolvimento da problemática:

3.4.1 H1: A presença da Governança Corporativa influencia o *audit delay*

De acordo com o IBGC (2015), a Governança Corporativa tem por finalidade contribuir com a qualidade da gestão da organização, por esse motivo, abre-se a hipótese de que a presença dela pode contribuir positivamente para o *audit delay*.

Em 2015, Cunha et al., (2015) identificaram a influência da Governança Corporativa no prazo de publicação do parecer da Auditoria Independente, onde observaram empresas com o *audit delay* de 24 dias até empresas com 143 dias de atraso.

3.4.2 H2: A presença de prejuízos da empresa influencia o *audit delay*

De acordo com Pereira e Costa (2012), a presença de prejuízo nas demonstrações auditadas pode influenciar o auditor a utilizar um processo de auditoria mais detalhado, com mais teses a serem observadas.

Camargo e Flach (2015) constataram que as empresas que reportaram prejuízos em seu estudo, apresentaram uma média maior de atrasos nas entregas dos pareceres que as demais.

3.4.3 H3: O tipo de parecer influencia o *audit delay*

A presença de alguma inconsistência ou inadequação das demonstrações contábeis pode induzir o auditor a recomendar alterações às empresas, o que levaria o auditor a adiar a entrega do parecer em decorrência dos processos (PEREIRA; COSTA, 2012).

3.4.4 H4: O tamanho da empresa influencia o *audit delay*

Ramos e Cunha (2012) correlacionaram o tamanho da empresa auditada com o atraso nos pareceres de auditoria, segundo eles, existe uma relação positiva entre esses fatores. Essa influência pode ter relação com a quantidade de fatores a serem analisados nas empresas maiores e a qualidade de informação gerada.

3.4.5 H5: A qualidade da liquidez da empresa influencia o *audit delay*

Camargo e Flach (2015) constataram que empresas com o índice de liquidez desfavorável, ou seja, baixo índice, apresentaram mais pareceres com ressalvas. Com isso, o auditor pode adiar a entrega do parecer para que a empresa auditada insira informações complementares, por exemplo, a respeito da continuidade das operações.

3.4.6 H6: O endividamento total da empresa influencia o *audit delay*

Cunha et al. (2015) demonstrou a relação positiva do endividamento da empresa com o *audit delay*.

De acordo com o Tanaka (2015), o endividamento total da empresa representa a política de obtenção de recursos da empresa, demonstrando o nível de dependência de capital de terceiros para se manter operante. Tanaka (2015), traz como parâmetro geral para um endividamento sadio um resultado menor que 0,7.

3.4.7 H7: A firma de auditoria influencia o *audit delay*

Dentro das firmas de auditoria, empresas que prestam serviços de auditoria, destacam-se 4 (quatro): Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, Ernst & Young Terco e KPMG Auditores Independentes. O mercado de auditoria ficou mais concentrado nessas empresas depois do escândalo financeiro popularmente conhecido como Caso Enron⁴. A presença dessas firmas de auditoria no mercado

⁴ Enron Corporation.

brasileiro é dominante, em 2012, elas eram responsáveis por 94% das 100 maiores empresas em vendas líquidas daquele ano (VELOZO et al.; 2013).

3.4.8 H8: O rodízio da firma de auditoria influencia o *audit delay*

A CVM, por meio de suas atribuições, publicou a Instrução Normativa nº 509, permitindo que as empresas possam ser auditadas pelo mesmo grupo de auditores independentes (pessoas jurídicas) por um período de 10 anos, dobrando o prazo anterior de 5 anos (IN/CVM nº 308/99) (CVM, 2011.)

Essa medida é importante para preservar a independência dos auditores, não permitindo que haja vínculos passíveis de impedimento entre o auditor independente e a empresa (CVM, 2011).

QUADRO 3 - Descrição das variáveis

VARIÁVEL	FORMA DE OBTENÇÃO	INFLUÊNCIA
Governança Corporativa	No sítio da BM&FBovespa	+
Prejuízo do Exercício	Na Demonstração do Resultado do Exercício publicado	-
Ressalvas no parecer	No parecer emitido pelo auditor independente	-
Índice de liquidez corrente	Ativo Circulante / Passivo Circulante > 1	+
Índice de Endividamento Geral	Capital de Terceiros / Ativo Total < 0,7	+
Firma de auditoria	No parecer emitido pelo auditor independente	+
Rodízio de auditores	Comparação entre os auditores responsáveis entre períodos	-
Tamanho da empresa	Total do Ativo	+

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

O quadro acima foi desenvolvido a partir da literatura apresentada no referencial teórico desse trabalho, por isso a ausência da análise estatística fatorial ou de correlação.

Com base nos resultados obtidos através do check-list, será possível verificar a presença dessas variáveis, sua evolução ao passar do período e relacioná-las ao aumento ou redução do atraso dos pareceres dos auditores independentes. Essa relação, se houver, possibilitará a afirmação ou refutação das hipóteses apresentadas.

3.5 MÉTODO DE ANÁLISE

O método utilizado para a coleta de dados foi o de Análise de Conteúdo, pois segundo Silva e Fossá (2013), esse método permite analisar diferentes fontes de conteúdo. É dividido em três fases, sendo elas: pré-análise, exploração de material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação (SILVA; FOSSÁ, 2013).

Em paralelo, foi utilizado o sistema de variável independente dicotômica, que considera uma variável para duas situações (sim ou não), onde foi aplicado a conversão destas respostas para números, onde 1 será para respostas afirmativas e 0 para respostas negativas do quesito (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Após a coleta, os dados foram organizados e transformados em percentuais de ocorrências de cada quesito analisado, sendo apresentados sob duas formas: por ano em que ocorreram e pelo período completo dos 5 anos abrangidos por este estudo. Essa forma de demonstrar os resultados permitiu que se observasse os impactos de cada quesito em um período isolado, assim como em longo período de tempo, caso haja recorrência.

A informação referente aos dias de atraso dos pareceres foi classificada pelo método de quartis, que de acordo com Fernandes e Pinto (2012) é a forma de divisão de um conjunto de dados em 4 partes iguais, com o intuito de fornecer parâmetros para a amostra estudada. Nesse trabalho, os quartis foram classificados em “Ótimo” (1º quartil), “Bom” (2º quartil), “Regular” (3º quartil) e “Ruim” (4º quartil).

4 RESULTADO E ANÁLISE DOS DADOS

A empresa Construtora Beter S.A. foi excluída da amostra por não possuir os dados e demonstrações disponíveis no sítio da BM&FBovespa.

Das 49 empresas possíveis de serem analisadas, no período entre 2011 e 2015 com base nos critérios estabelecidos anteriormente, foram obtidos os dados descritos no Quadro 4, que segue abaixo.

QUADRO 4 - Empresas que tiveram ocorrência das questões estudadas

ANO/QUESITO	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Q6	Q7	Q8
2011	13	6	3	29	49	28	40	8
2012	13	9	3	36	49	25	36	4
2013	13	14	5	33	49	29	36	5
2014	13	14	4	21	49	27	36	10
2015	13	19	5	30	49	26	36	11
MÉDIA	13	12,4	4	29,8	49	27	36,8	7,6

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Como pode-se observar no quadro acima, o quesito mais recorrente nas empresas constante na amostra desse estudo é o de número 7 (desconsiderando o item 5 que atingiu 100% de ocorrência) que verifica se a firma responsável pela auditoria das demonstrações contábeis é uma das “Big Four”, como são chamadas as empresas: PricewaterhouseCoopers, Ernst & Young, Deloitte Touche Tohmatsu Limited, KPMG (CARIDE, 2015). O menor índice de aparição foi quanto as ressalvas ou negativas de opiniões dos pareceres (item 3).

No quesito 1, que trata do comitê de Governança Corporativa, foram identificadas 13 empresas, sendo que 8 são classificadas no nível 1 e 5 são classificadas no nível 2.

As quantidades de dias entre a data do encerramento do exercício e a entrega do parecer das empresas nos anos analisados estão demonstradas no Quadro 5.

QUADRO 5 - Dias entre a data da publicação do parecer e o encerramento do exercício

N	EMPRESAS	2011	2012	2013	2014	2015	Média
1	AES SUL DISTRIB GAUCHA DE ENERGIA S.A.	55	50	43	40	46	47
2	AES TIETE ENERGIA SA	55	50	43	40	53	48
3	ALGAR TELECOM S/A	48	57	42	44	57	50
4	ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A.	59	78	86	112	90	85
5	ANDRADE GUTIERREZ PART. S.A.	110	108	87	89	91	97
6	BCO BRADESCO S.A.	89	81	29	28	27	51
7	BCO BTG PACTUAL S.A.	93	50	49	56	208	91
8	BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	30	30	169	89	26	69
9	BRAZILIAN FINANCE E REAL ESTATE S.A.	48	49	48	40	36	44
10	BRPR 45 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.	44	39	36	33	29	36
11	BRPR 46 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.	44	39	36	33	29	36
12	BRPR 53 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.	44	39	36	33	29	36
13	BRPR 55 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.	44	39	36	33	29	36
14	BRPR 56 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.	44	39	36	33	29	36
15	CAGECE - CIA DE AGUA E ESGOTO DO CEARA	103	81	80	89	89	88
16	CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	86	106	72	85	89	88
17	CIA INDUSTRIAL CATAGUASES	114	59	58	54	57	68
18	CIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ	55	64	69	75	67	66
19	CONC AUTO RAPOSO TAVARES S.A.	298	53	66	85	103	121
20	CONC RIO-TERESOPOLIS S.A.	60	52	36	86	62	59
21	CONC ROD.OESTE SP VIAOESTE S. A	60	58	50	56	53	55
22	CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.	816	447	86	58	50	291
23	CORREA RIBEIRO S.A. COMERCIO E INDÚSTRIA	69	66	80	76	76	73
24	CPFL GERACAO DE ENERGIA S.A.	55	64	69	75	67	66
25	ENERGISA S.A.	68	64	73	78	77	72
26	GERDAU S.A.	45	50	52	62	74	57
27	ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	37	35	34	33	32	34
28	ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.	59	63	49	40	49	52
29	JOSAPAR-JOAQUIM OLIVEIRA S.A. - PARTICIP	77	72	76	75	70	74
30	KLABIN S.A.	60	51	42	41	41	47
31	LOJAS AMERICANAS S.A.	61	60	66	66	64	63
32	LOJAS HERING S.A.	82	56	90	89	82	80
33	MARCOPOLO S.A.	55	50	52	51	50	52
34	METALGRAFICA IGUACU S.A.	34	63	38	76	75	57
35	METALURGICA GERDAU S.A.	45	50	52	62	74	57
36	METALURGICA RIOSULENSE S.A.	95	87	90	107	29	82
37	MINASMAQUINAS S.A.	55	59	59	58	63	59
38	NUMERAL 80 PARTICIPAÇÕES S.A.	31	31	37	36	62	39
39	PETROLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS	40	35	56	112	81	65
40	REAL AI PIC SEC DE CREDITOS IMOBILIARIO S.A.	44	66	20	15	14	32
41	SANSUY S.A. IND. DE PLASTICOS	75	74	77	78	42	69
42	SAO PAULO TURISMO S.A.	80	74	80	76	77	77
43	SIDERURGICA J. L. ALIPERTI S.A.	81	81	85	83	84	83
44	SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.	83	70	72	63	49	67
45	TECBLU TECELAGEM BLUMENAU S.A.	58	79	58	55	42	58
46	TEKA-TECELAGEM KUEHNRIK S.A.	105	78	87	89	90	90
47	TELEFÔNICA BRASIL S. A	45	52	56	43	50	49
48	VALE S.A.	46	58	57	56	55	54
49	VIA VAREJO S.A.	47	49	43	42	208	78
	MÉDIA	82	67	60	62	64	67

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Conforme pode-se observar no Quadro 5, durante os períodos analisados, as empresas tiveram atrasos na entrega dos pareceres de 67 dias em média e que o ano de 2011 foi o que apresentou a maior média dos atrasos, com 82 dias.

Ainda com base no mesmo quadro, é possível identificar que o maior tempo de entrega nos anos analisados ocorreu em 2011, com 816 dias de atraso e o menor atraso ocorreu em 2015 com 14 dias apenas, uma amplitude de 802 dias. Em média dos anos, as empresas possuem um atraso que vai de 32 a 291 dias e um desvio padrão de 62 dias.

As informações complementares aos números de dias de atrasos na entrega do parecer estão dispostas no Quadro 6.

QUADRO 6 - Informações complementares

ANO	2011	2012	2013	2014	2015	GERAL
MENOR	30	30	20	15	14	14
MÉDIA	82	67	60	62	64	67
MEDIANA	58	58	56	58	57	58
MAIOR	816	447	169	112	208	816
DESVIO PADRÃO	114	58	25	24	37	62
AMPLITUDE	786	417	149	97	194	802

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Com base no Quadro 6, pode-se observar que as empresas mantiveram sua mediana praticamente igual nos 5 anos analisados. Também é possível notar a redução dos maiores atrasos do período, que teve a marca de 816 dias no 1º ano e terminou com 208 dias no 5º ano, tendo apresentado reduções seguidas nos anos de 2012, 2013 e 2014. Essa redução é refletida no desvio padrão dos atrasos das empresas que teve uma redução de 114 dias (2011) para 37 dias (2015) e redução constante em 2012, 2013 e 2014.

A diferença entre o menor atraso para o maior atraso também teve redução durante o período, apresentando 786 dias no 1º ano e 194 dias no 5º ano da análise, além de redução recorrente nos anos de 2012, 2013 e 2014.

QUADRO 7 - Média de dias entre a data da publicação do parecer e o encerramento do exercício por setor⁵

SETOR	2011	2012	2013	2014	2015	MÉDIA
Bens industriais	89	59	60	74	64	69
Consumo cíclico	170	113	71	66	84	101
Consumo não cíclico	77	72	76	75	70	74
Financeiro e outros	59	55	55	48	53	54
Materiais básicos	55	59	56	63	59	58
Não classificados	103	81	80	89	89	88
Petróleo, gás e biocombustíveis	40	35	56	112	81	65
Telecomunicações	47	55	49	44	54	49
Utilidade pública	62	66	62	66	67	64

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Observando o Quadro 7, pode-se notar que o setor de consumo cíclico é o que mais atrasa a entrega do parecer do auditor independente, demorando em média 101 dias para a publicação deste. O setor que menos atrasa é o de telecomunicações com 49 dias.

4.1 CLASSIFICAÇÃO DO *AUDIT DELAY* POR QUARTIS

Os dias de atrasos médios na publicação dos pareceres foram organizados pelo Método de Quartis, o qual se obteve a seguinte escala de classificação:

QUADRO 8 - Parâmetros para classificação do atraso por quartis

QUARTIL	CLASSIFICAÇÃO	DIAS
Quartil 1	Ótimo	0 - 49
Quartil 2	Bom	50 - 59
Quartil 3	Regular	60 - 78
Quartil 4	Ruim	79 - 291

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Após a escala definida e demonstrada no Quadro 8, fora efetuada a classificação do *audit delay* médio de cada empresa, conforme apresentado no Quadro 9.

⁵ A classificação dos setores é feita pela própria BM&FBovespa. Essa classificação foi coletada no sítio da mesma em 30/09/16.

QUADRO 9 - Classificação do *audit delay* de acordo com os quartis

EMPRESAS	Média	Classificação
AES SUL DISTRIB GAUCHA DE ENERGIA S.A.	47	ÓTIMO
AES TIETE ENERGIA AS	48	ÓTIMO
ALGAR TELECOM S/A	50	BOM
ALL AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A.	85	RUIM
ANDRADE GUTIERREZ PART. S.A.	97	RUIM
BCO BRADESCO S.A.	51	BOM
BCO BTG PACTUAL S.A.	92	RUIM
BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	69	REGULAR
BRAZILIAN FINANCE E REAL ESTATE S.A.	44	ÓTIMO
BRPR 45 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.	36	ÓTIMO
BRPR 46 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.	36	ÓTIMO
BRPR 53 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.	36	ÓTIMO
BRPR 55 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.	36	ÓTIMO
BRPR 56 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.	36	ÓTIMO
CAGECE - CIA DE AGUA E ESGOTO DO CEARA	88	RUIM
CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS – CEMIG	88	RUIM
CIA INDUSTRIAL CATAGUASES	68	REGULAR
CIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ	66	REGULAR
CONC AUTO RAPOSO TAVARES S.A.	121	RUIM
CONC RIO-TERESOPOLIS S.A.	59	REGULAR
CONC ROD.OESTE SP VIAOESTE S.A.	55	BOM
CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.	291	RUIM
CORREA RIBEIRO S.A. COMERCIO E INDÚSTRIA	73	REGULAR
CPFL GERACAO DE ENERGIA S.A.	66	REGULAR
ENERGISA S.A.	72	REGULAR
GERDAU S.A.	57	BOM
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	34	ÓTIMO
ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.	52	BOM
JOSAPAR-JOQUIM OLIVEIRA S.A. – PARTICIP	74	REGULAR
KLABIN S.A.	47	ÓTIMO
LOJAS AMERICANAS S.A.	63	REGULAR
LOJAS HERING S.A.	80	RUIM
MARCOPOLO S.A.	52	BOM
METALGRAFICA IGUACU S.A.	57	BOM
METALURGICA GERDAU S.A.	57	BOM
METALURGICA RIOSULENSE S.A.	82	RUIM
MINASMAQUINAS S.A.	59	BOM
NUMERAL 80 PARTICIPAÇÕES S.A.	39	ÓTIMO
PETROLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS	65	REGULAR
REAL AI PIC SEC DE CREDITOS IMOBILIARIO S.A.	32	ÓTIMO
SANSUY S.A. IND. DE PLASTICOS	69	REGULAR
SAO PAULO TURISMO S.A.	77	REGULAR
SIDERURGICA J. L. ALIPERTI S.A.	83	RUIM
SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.	67	REGULAR
TECBLU TECELAGEM BLUMENAU S.A.	58	BOM
TEKA-TECELAGEM KUEHNRIK S.A.	90	RUIM
TELEFÔNICA BRASIL S.A.	49	BOM
VALE S.A.	54	BOM
VIA VAREJO S.A.	78	REGULAR

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Observando os parâmetros dos quartis, pode-se observar que 11 empresas estão classificadas como “RUIM”, levando em média 109 dias para entregar os pareceres, 14 empresas tiveram classificação “REGULAR” com média de 69 dias de atraso, 12 empresas foram classificadas como “BOM” possuindo média de 54 dias de atraso e 12 empresas foram classificadas como “ÓTIMO” com 39 dias de atraso.

Conforme demonstrado no Quadro 9, a média geral dos 5 anos de atraso das empresas foi de 67 dias, sendo classificado como “REGULAR”.

4.2 *AUDIT DELAY* POR “GOVERNANÇA CORPORATIVA”

Nesta seção estão demonstradas média de dias de atrasos nas empresas com Governança Corporativa durante os anos analisados, classificadas como “Nível 1”, “Nível 2” e nível “Básico”, que são aqui classificadas como “Nível 0”.

QUADRO 10 - Classificação do Nível de Governança Corporativa⁶

EMPRESAS	NÍVEL	Média de <i>audit delay</i>
AES SUL DISTRIB GAUCHA DE ENERGIA S.A.	0	47
AES TIETE ENERGIA SA	2	48
ALGAR TELECOM S/A	0	50
ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A.	0	85
ANDRADE GUTIERREZ PART. S.A.	0	97
BCO BRADESCO S.A.	1	51
BCO BTG PACTUAL S.A.	0	91
BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	0	69
BRAZILIAN FINANCE E REAL ESTATE S.A.	0	44
BRPR 45 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.	0	36
BRPR 46 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.	0	36
BRPR 53 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.	0	36
BRPR 55 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.	0	36
BRPR 56 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.	0	36
CAGECE - CIA DE AGUA E ESGOTO DO CEARA	0	88
CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	1	88
CIA INDUSTRIAL CATAGUASES	0	68
CIA PIRATININGA DE FORCA E LUZ	0	66
CONC AUTO RAPOSO TAVARES S.A.	0	121
CONC RIO-TERESOPOLIS S.A.	0	59
CONC ROD.OESTE SP VIAOESTE S.A.	0	55
CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.	0	291
CORREA RIBEIRO S.A. COMERCIO E INDÚSTRIA	0	73
CPFL GERACAO DE ENERGIA S.A.	0	66
ENERGISA S.A.	2	72
GERDAU S.A.	1	57
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	1	34
ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.	1	52
JOSAPAR-JOAOQUIM OLIVEIRA S.A. - PARTICIP	0	74
KLABIN S.A.	2	47
LOJAS AMERICANAS S.A.	0	63
LOJAS HERING S.A.	0	80
MARCOPOLO S.A.	2	52
METALGRAFICA IGUACU S.A.	0	57
METALURGICA GERDAU S.A.	1	57
METALURGICA RIOSULENSE S.A.	0	82
MINASMAQUINAS S.A.	0	59
NUMERAL 80 PARTICIPAÇÕES S.A.	0	39
PETROLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS	0	65
REAL AI PIC SEC DE CREDITOS IMOBILIARIO S.A.	0	32
SANSUY S.A. IND. DE PLASTICOS	0	69
SAO PAULO TURISMO S.A.	0	77
SIDERURGICA J. L. ALIPERTI S.A.	0	83
SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.	1	67
TECBLU TECELAGEM BLUMENAU S.A.	0	58
TEKA-TECELAGEM KUEHNRIK S.A.	0	90
TELEFÔNICA BRASIL S.A.	0	49
VALE S.A.	1	54
VIA VAREJO S.A.	2	78

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

⁶ A classificação das empresas em seus respectivos níveis é feita pela própria BM&FBovespa. Esses dados foram retirados do sítio da mesma em 30/09/16.

A partir dos dados apresentados no Quadro 10, foi elaborado uma comparação entre as médias de atrasos nos relatórios de auditoria entre os níveis de Governança Corporativa, sendo apresentado os resultados no Quadro 11.

QUADRO 11 - *Audit delay* de acordo com a Governança Corporativa

GOVERNANÇA CORPORATIVA	MÉDIA DE DIAS – <i>AUDIT DELAY</i>
Nível 0 (Sem Governança Corporativa)	70
Nível 1	57
Nível 2	59
Com Governança Corporativa	58

Fonte: elaborado pelo autor (2016).

Analisando o Quadro 11, percebe-se que as empresas que não possuem uma Governança Corporativa apresentam, em média, atrasos nos relatórios de auditoria de 12 dias a mais que a média das empresas que a possuem.

Entre as empresas que possuem a Governança Corporativa, nota-se que aquelas classificadas em “Nível 1” atrasam, em média, 2 dias a menos que aquelas classificadas em “Nível 2”.

Nesta amostra não houve a presença de empresas listadas nos demais níveis.

4.3 *AUDIT DELAY* POR TIPO DE PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE

Nesta seção, serão demonstrados as empresas e os tipos de pareceres de suas demonstrações contábeis. Para fins de organização, os tipos de pareceres serão indicados por meio de abreviações, conforme o Quadro 12.

QUADRO 12 - Abreviação dos tipos de pareceres

TIPO DE PARECER	ABREVIÇÃO
Sem Ressalva	SR
Com Ressalva	CR
Opinião Adversa	OA
Negativa de Opinião / Abstenção de Opinião	NO

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Observando os critérios do Quadro 12, fora construído o Quadro 13 com todas as empresas em todos os períodos analisados.

QUADRO 13 - Audit delay de acordo com o “Tipo de Parecer”

EMPRESAS	2011	2012	2013	2014	2015
AES SUL DISTRIB GAUCHA DE ENERGIA S.A.	SR	SR	SR	SR	SR
AES TIETE ENERGIA AS	SR	SR	SR	SR	SR
ALGAR TELECOM S/A	SR	SR	SR	SR	SR
ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A.	SR	SR	SR	SR	SR
ANDRADE GUTIERREZ PART. S.A.	SR	SR	SR	SR	CR
BCO BRADESCO S.A.	SR	SR	SR	SR	SR
BCO BTG PACTUAL S.A.	SR	SR	SR	SR	SR
BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	SR	SR	SR	SR	SR
BRAZILIAN FINANCE E REAL ESTATE S.A.	SR	SR	SR	SR	SR
BRPR 45 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.	SR	SR	SR	SR	SR
BRPR 46 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.	SR	SR	SR	SR	SR
BRPR 53 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.	SR	SR	SR	SR	SR
BRPR 55 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.	SR	SR	SR	SR	SR
BRPR 56 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.	SR	SR	SR	SR	SR
CAGECE - CIA DE AGUA E ESGOTO DO CEARA	NO	NO	NO	CR	CR
CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	SR	SR	SR	SR	CR
CIA INDUSTRIAL CATAGUASES	SR	SR	SR	SR	SR
CIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ	SR	SR	SR	SR	SR
CONC AUTO RAPOSO TAVARES S.A.	SR	SR	SR	SR	SR
CONC RIO-TERESOPOLIS S.A.	SR	SR	SR	SR	SR
CONC ROD.OESTE SP VIAOESTE S.A.	SR	SR	SR	SR	SR
CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.	SR	SR	SR	SR	SR
CORREA RIBEIRO S.A. COMERCIO E INDÚSTRIA	SR	SR	SR	SR	SR
CPFL GERACAO DE ENERGIA S.A.	SR	SR	SR	SR	SR
ENERGISA S.A.	SR	SR	SR	CR	CR
GERDAU S.A.	SR	SR	SR	SR	SR
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	SR	SR	SR	SR	SR
ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.	SR	SR	SR	SR	SR
JOSAPAR-JOAQUIM OLIVEIRA S.A. - PARTICIP	SR	SR	CR	SR	SR
KLABIN S.A.	SR	SR	SR	SR	SR
LOJAS AMERICANAS S.A.	SR	SR	SR	SR	SR
LOJAS HERING S.A.	SR	SR	SR	SR	SR
MARCOPOLO S.A.	SR	SR	SR	SR	SR
METALGRAFICA IGUACU S.A.	CR	SR	SR	SR	SR
METALURGICA GERDAU S.A.	SR	SR	SR	SR	SR
METALURGICA RIOSULENSE S.A.	SR	SR	SR	SR	SR
MINASMAQUINAS S.A.	SR	SR	SR	SR	SR
NUMERAL 80 PARTICIPAÇÕES S.A.	SR	SR	SR	SR	SR
PETROLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS	SR	SR	SR	SR	SR
REAL AI PIC SEC DE CREDITOS IMOBILIARIO S.A.	SR	SR	SR	SR	SR
SANSUY S.A. IND. DE PLASTICOS	SR	SR	SR	SR	SR
SAO PAULO TURISMO S.A.	SR	SR	SR	SR	SR
SIDERURGICA J. L. ALIPERTI S.A.	SR	SR	SR	SR	SR
SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.	SR	SR	SR	SR	SR
TECBLU TECELAGEM BLUMENAU S.A.	CR	CR	CR	CR	SR
TEKA-TECELAGEM KUEHNRIK S.A.	SR	CR	NO	NO	NO
TELEFÔNICA BRASIL S.A.	SR	SR	SR	SR	SR
VALE S.A.	SR	SR	SR	SR	SR
VIA VAREJO S.A.	SR	SR	SR	SR	SR

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Na amostra selecionada, observa-se que há uma predominância de pareceres sem ressalva, que teve uma média de 45 empresas com as demonstrações plenamente de acordo com as normas que estão sujeitas. Percebe-se, porém, a presença de 3 empresas (em média) com ressalvas em seus pareceres e 1 empresa (em média) com negativa de opinião, conforme detalhado no Quadro 14.

QUADRO 14 - Quantidade de empresas por “Tipo de Parecer”

Tipo	2011	2012	2013	2014	2015	Média
SR	46	46	45	45	44	45
CR	2	2	2	3	4	3
OA	-	-	-	-	-	-
NO	1	1	2	1	1	1

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Após essa verificação, foi feito o processo de isolamento das empresas por tipo de parecer, apurado a média de dias do *audit delay* e comparado entre eles, conforme demonstrado no Quadro 15.

QUADRO 15 - *Audit delay* por “Tipo de Parecer”

Tipo	2011	2012	2013	2014	2015	Média
SR	83	67	59	60	61	66
CR	75	79	67	74	87	76
OA	-	-	-	-	-	-
NO	55	81	84	89	90	80

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Com base no quadro acima, pode-se notar que as empresas que tiveram algum tipo de ressalva no parecer apresentaram um atraso de 10 dias a mais que aquelas que não tiveram, mesmo com uma diferença de 42 empresas entre suas amostras, conforme observável no Quadro 14. Se tratando de empresas que o auditor optou por não emitir um parecer, a diferença de dias aumenta para 14 dias.

Classificando esses resultados pelos quartis, nota-se que as empresas com pareceres SR e as empresas com pareceres CR estão classificadas como “REGULAR” nessa amostra, já aquela que teve um parecer NO foi classificada como “RUIM”.

Ressalta-se, porém, que quando se compara os quadros 5, 6 e 13, observa-se que os dois maiores atrasos ocorreram em empresas que não apresentaram ressalvas em seus pareceres.

4.4 AUDIT DELAY POR “PREJUÍZO”

Nesta seção está demonstrada os atrasos dos pareceres de auditoria das empresas que apresentaram prejuízos em seus exercícios.

QUADRO 16 - Valores dos prejuízos por empresa (em mil R\$)

EMPRESAS	2011	2012	2013	2014	2015
AES SUL DISTRIB GAUCHA DE ENERGIA S.A.			-20.078		-4.922
ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A.				-316.121	-206.095
BRAZILIAN FINANCE E REAL ESTATE S.A.		-16.311		-10	
BRPR 45 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.			-91		
BRPR 46 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.			-2.643		
BRPR 55 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.				-223	-503
BRPR 56 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.			-181		
CAGECE - CIA DE AGUA E ESGOTO DO CEARA				-251.678	-128.969
CIA INDUSTRIAL CATAGUASES					-5.335
CONC AUTO RAPOSO TAVARES S.A.	-31.450	-40.567	-50.578	-80.206	-223.247
CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.	-6.576				
CORREA RIBEIRO S.A. COMERCIO E INDÚSTRIA			-1.965		-2.703
CPFL GERACAO DE ENERGIA S.A.				-43.138	
GERDAU S.A.					-4.595.986
KLABIN S.A.					-1.253.197
METALGRAFICA IGUACU S.A.		-3.484	-22.928	-4.825	-10.236
METALURGICA RIOSULENSE S.A.	-2.919	-15.549	-6.009		-60.292
NUMERAL 80 PARTICIPAÇÕES S.A.		-175	-119	-100	-121
PETROLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS				-21.924.000	-35.171.000
SANSUY S.A. IND. DE PLASTICOS	-57.596	-49.840	-66.069	-105.686	-139.197
SAO PAULO TURISMO S.A.	-13.563				-13.769
SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.		-182.126	-220.459	-261.506	-925.354
TECBLU TECELAGEM BLUMENAU S.A.	-7.031	-4.749	-5.095		
TEKA-TECELAGEM KUEHNRIK S.A.	-194.645		-154.873	-138.650	-130.449
VALE S.A.			-257.964		-45.996.622

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Com base no que foi demonstrado acima, pode-se verificar que 25 empresas tiveram prejuízos em pelo menos 1 exercício analisado. O maior valor de prejuízo dessa amostra foi de R\$45.996.622 e o menor valor de prejuízo foi de R\$ 10, valores em mil R\$.

Feito isso, foi comparado a média dos dias de *audit delay* dessas empresas com as empresas que não apresentaram prejuízos em nenhum exercício da análise, os resultados estão no Quadro 17.

QUADRO 17 - *Audit delay* por empresas com e sem prejuízo nos anos analisados

EMPRESAS	AUDIT DELAY (MÉDIA)
Com Prejuízos	72 dias
Sem Prejuízos	62 dias

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Conforme disposto no Quadro 17, as empresas que apresentaram prejuízos em algum exercício abrangido pela pesquisa apresentaram 10 dias a mais de atrasos em relação com aquelas que não tiveram. Em adição, empresas que tiveram dois ou mais exercícios encerrados com prejuízo apresentaram maiores atrasos, em média, do que aquelas que tiveram apenas um prejuízo durante os 5 anos analisados.

Cabe ressaltar que, comparando os quadros 5 e 15, o maior *audit delay* apresentado nesta pesquisa, 816 dias em 2011, foi apresentado por uma empresa que encerrou o exercício com prejuízo.

4.5 *AUDIT DELAY* POR “ÍNDICE DE LIQUIDEZ”

Nesta seção está demonstrado os resultados da comparação do nível de liquidez e o *audit delay* das empresas participantes da amostra.

QUADRO 18 - Índice de liquidez médio

EMPRESAS	MÉDIA
AES SUL DISTRIB GAUCHA DE ENERGIA S.A.	0,58
AES TIETE ENERGIA SA	1,16
ALGAR TELECOM S/A	0,98
ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A.	0,60
ANDRADE GUTIERREZ PART. S.A.	1,69
BCO BRADESCO S.A.	0,93
BCO BTG PACTUAL S.A.	0,86
BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	1,12
BRAZILIAN FINANCE E REAL ESTATE S.A.	4,52
BRPR 45 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.	1,16
BRPR 46 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.	2,16
BRPR 53 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.	0,48
BRPR 55 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.	1,06
BRPR 56 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.	1,51
CAGECE - CIA DE AGUA E ESGOTO DO CEARA	1,00
CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	0,81
CIA INDUSTRIAL CATAGUASES	2,89
CIA PIRATININGA DE FORCA E LUZ	1,02
CONC AUTO RAPOSO TAVARES S.A.	1,44
CONC RIO-TERESOPOLIS S.A.	0,76
CONC ROD.OESTE SP VIAOESTE S.A.	0,32
CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.	1,27
CORREA RIBEIRO S.A. COMERCIO E INDÚSTRIA	20,51
CPFL GERACAO DE ENERGIA S.A.	1,21
ENERGISA S.A.	1,38
GERDAU S.A.	2,53
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	1,49
ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.	1,58
JOSAPAR-JOAOQUIM OLIVEIRA S.A. - PARTICIP	1,83
KLABIN S.A.	2,64
LOJAS AMERICANAS S.A.	1,56
LOJAS HERING S.A.	4,28
MARCOPOLO S.A.	2,02
METALGRAFICA IGUACU S.A.	1,46
METALURGICA GERDAU S.A.	2,39
METALURGICA RIOSULENSE S.A.	0,40
MINASMAQUINAS S.A.	2,18
NUMERAL 80 PARTICIPAÇÕES S.A.	41,63
PETROLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS	1,62
REAL AI PIC SEC DE CREDITOS IMOBILIARIO S.A.	1,81
SANSUY S.A. IND. DE PLASTICOS	1,94
SAO PAULO TURISMO S.A.	0,73
SIDERURGICA J. L. ALIPERTI S.A.	3,30
SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.	2,19
TECBLU TECELAGEM BLUMENAU S.A.	0,16
TEKA-TECELAGEM KUEHNRIK S.A.	0,20
TELEFÔNICA BRASIL S. A.	1,05
VALE S.A.	1,56
VIA VAREJO S.A.	1,15

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Conforme demonstrado no Quadro 18, do total da amostra, 13 empresas apresentaram situação de liquidez desfavorável – menor que 1 – e 36 empresas apresentaram situação de liquidez favorável – maior que 1.

Olhando esses dados em conjunto com o Quadro 5, pode-se identificar que a média dos dias tanto daquelas empresas com situação favorável, quanto aquelas com situação desfavorável apresentaram um *audit delay* médio de 67 dias.

4.6 *AUDIT DELAY* PELO “TAMANHO DA EMPRESA”

Nesta seção está demonstrada a relação entre o tamanho da empresa e o *audit delay* das empresas desta amostra.

Para fins de mensuração, o tamanho da empresa será definido pelo total de seus ativos médios do período analisado, valores que podem ser observados no Quadro 19.

QUADRO 19 - Total do ativo

Empresas	Média	Classificação
AES SUL DISTRIB GAUCHA DE ENERGIA S.A.	3.281.456	2ª MAIORES
AES TIETE ENERGIA SA	14.505.663	2ª MAIORES
ALGAR TELECOM S/A	2.511.376	2ª MENORES
ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A.	3.867.846	2ª MAIORES
ANDRADE GUTIERREZ PART. S.A.	6.540.233	2ª MAIORES
BCO BRADESCO S.A.	863.745.949	MAIORES
BCO BTG PACTUAL S.A.	145.683.251	MAIORES
BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	479.929.836	MAIORES
BRAZILIAN FINANCE E REAL ESTATE S.A.	1.090.339	2ª MENORES
BRPR 45 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.	28.584	MENORES
BRPR 46 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.	159.499	MENORES
BRPR 53 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.	274.929	2ª MENORES
BRPR 55 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.	39.461	MENORES
BRPR 56 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.	266.453	2ª MENORES
CAGECE - CIA DE AGUA E ESGOTO DO CEARA	2.931.889	2ª MENORES
CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	36.764.963	MAIORES
CIA INDUSTRIAL CATAGUASES	279.590	2ª MENORES
CIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ	2.996.008	2ª MAIORES
CONC AUTO RAPOSO TAVARES S.A.	2.021.244	2ª MENORES
CONC RIO-TERESOPOLIS S.A.	227.501	MENORES
CONC ROD.OESTE SP VIAOESTE S.A.	1.403.355	2ª MENORES
CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.	36.469	MENORES
CORREA RIBEIRO S.A. COMERCIO E INDÚSTRIA	21.309	MENORES
CPFL GERACAO DE ENERGIA S.A.	12.383.248	2ª MAIORES
ENERGISA S.A.	10.389.716	2ª MAIORES
GERDAU S.A.	58.885.406	MAIORES
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	895.824.409	MAIORES
ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.	164.274.400	MAIORES
JOSAPAR-JOQUIM OLIVEIRA S.A. - PARTICIP	1.309.918	2ª MENORES
KLABIN S.A.	17.840.206	2ª MAIORES
LOJAS AMERICANAS S.A.	14.432.797	2ª MAIORES
LOJAS HERING S.A.	42.730	MENORES
MARCOPOLO S.A.	4.097.695	2ª MAIORES
METALGRAFICA IGUACU S.A.	44.996.646	MAIORES
METALURGICA GERDAU S.A.	59.103.698	MAIORES
METALURGICA RIOSULENSE S.A.	184.657	MENORES
MINASMAQUINAS S.A.	144.767	MENORES
NUMERAL 80 PARTICIPAÇÕES S.A.	143	MENORES
PETROLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS	744.668.654	MAIORES
REAL AI PIC SEC DE CREDITOS IMOBILIARIO S.A.	256.375	MENORES
SANSUY S.A. IND. DE PLASTICOS	404.224	2ª MENORES
SAO PAULO TURISMO S.A.	379.648	2ª MENORES
SIDERURGICA J. L. ALIPERTI S.A.	418.833	2ª MENORES
SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.	26.107.860	2ª MAIORES
TECBLU TECELAGEM BLUMENAU S.A.	7.499	MENORES
TEKA-TECELAGEM KUEHNRIK S.A.	778.524	2ª MENORES
TELEFÔNICA BRASIL S.A.	75.999.766	MAIORES
VALE S.A.	291.110.009	MAIORES
VIA VAREJO S.A.	13.740.480	2ª MAIORES

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

As empresas foram divididas em 4 partes pelo método de quartis e foram classificadas em “MAIORES” para as 25% maiores empresas no quesito “TOTAL DO ATIVO”, “2ª MAIORES” para as segundas maiores 25% empresas, “2ª MENORES” para as segundas menores 25% empresas e “MENORES” para as 25% menores empresas. Por razão da quantidade total da amostra não ser divisor exato de 4, o grupo “2ª MENORES” possui 13 empresas enquanto os demais possuem 12.

Comparando o Quadro 9 com o Quadro 19 foi possível identificar as relações existentes entre o tamanho da empresa e o *audit delay*, conforme está demonstrado no Quadro 20.

QUADRO 20 - Tamanho da empresa X Classificação do *audit delay*

CLASSIFICAÇÃO	ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	TOTAL
MENORES	41,66%	16,67%	16,67%	25,00%	100,00%
2ª MENORES	23,08%	15,38%	30,77%	30,77%	100,00%
2ª MAIORES	25,00%	8,33%	50,00%	16,67%	100,00%
MAIORES	8,33%	58,33%	16,67%	16,67%	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor (2016).

No Quadro 20 pode-se perceber que, do total da amostra, as menores empresas foram as que mais tiveram seu *audit delay* classificadas como “ÓTIMO”, enquanto as maiores empresas tiveram seus atrasos predominantemente no nível “BOM”. A metade das segundas maiores empresas tiveram classificação “REGULAR” e as segundas menores tiveram classificação predominante em “REGULAR” e “RUIM”, ambas com 30,77% cada.

Embora as menores empresas desta amostra tenham tido os menores índices de *audit delay*, as maiores empresas conseguiram maior representatividade dentro dos dois melhores classificadores dos atrasos, “ÓTIMO” e “BOM”, somando 66,66%, ou seja, 2/3 do seu total, enquanto que as menores somaram 58,34%, pouco mais da metade do seu total.

4.7 AUDIT DELAY PELO “ENDIVIDAMENTO GERAL”

Nesta seção está demonstrada a relação entre o endividamento geral das empresas e o *audit delay*.

De acordo com Marion (2012), o endividamento geral (ou Quantidade de endividamento) é o resultado da soma do Passivo Circulante e o Passivo Exigível a Longo Prazo

dividido pela soma do Passivo Circulante, do Exigível a Longo Prazo e o Patrimônio Líquido da empresa.

De acordo com o Tanaka (2015), esse índice não deve ser superior a 0,7, pois ele representa a parcela dos recursos da empresa que foi financiada por terceiros e um alto grau de endividamento demonstra uma dependência de recursos fora da empresa.

Com base no supracitado, foi calculado os índices de endividamento geral das empresas e apurado a média dos 5 anos analisados, conforme segue no Quadro 21.

QUADRO 21 - Índice médio de endividamento geral

EMPRESAS	MÉDIA
AES SUL DISTRIB GAUCHA DE ENERGIA S.A.	0,62
AES TIETE ENERGIA SA	0,58
ALGAR TELECOM S/A	0,70
ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A.	0,89
ANDRADE GUTIERREZ PART. S.A.	0,59
BCO BRADESCO S.A.	0,91
BCO BTG PACTUAL S.A.	0,93
BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	0,83
BRAZILIAN FINANCE E REAL ESTATE S.A.	0,54
BRPR 45 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.	0,96
BRPR 46 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.	0,38
BRPR 53 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.	0,45
BRPR 55 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.	0,61
BRPR 56 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.	0,71
CAGECE - CIA DE AGUA E ESGOTO DO CEARA	0,39
CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	0,67
CIA INDUSTRIAL CATAGUASES	0,47
CIA PIRATININGA DE FORCA E LUZ	0,88
CONC AUTO RAPOSO TAVARES S.A.	0,74
CONC RIO-TERESOPOLIS S.A.	0,44
CONC ROD.OESTE SP VIAOESTE S.A.	0,78
CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.	0,81
CORREA RIBEIRO S.A. COMERCIO E INDÚSTRIA	0,63
CPFL GERACAO DE ENERGIA S.A.	0,69
ENERGISA S.A.	0,75
GERDAU S.A.	0,48
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	0,77
ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.	0,44
JOSAPAR-JOAQUIM OLIVEIRA S.A. - PARTICIP	0,60
KLABIN S.A.	0,67
LOJAS AMERICANAS S.A.	0,87
LOJAS HERING S.A.	0,75
MARCOPOLO S.A.	0,63
METALGRAFICA IGUACU S.A.	0,61
METALURGICA GERDAU S.A.	0,51
METALURGICA RIOSULENSE S.A.	1,02
MINASMAQUINAS S.A.	0,62
NUMERAL 80 PARTICIPAÇÕES S.A.	0,22
PETROLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS	0,56
REAL AI PIC SEC DE CREDITOS IMOBILIARIO S.A.	0,99
SANSUY S.A. IND. DE PLASTICOS	1,93
SAO PAULO TURISMO S.A.	0,76
SIDERURGICA J. L. ALIPERTI S.A.	0,34
SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.	0,61
TECBLU TECELAGEM BLUMENAU S.A.	6,36
TEKA-TECELAGEM KUEHNRIK S.A.	2,26
TELEFÔNICA BRASIL S.A.	0,36
VALE S.A.	0,48
VIA VAREJO S.A.	0,74

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Observando o Quadro 21, percebe-se que 21 (42,86%) empresas do total da amostra estão com má qualidade de dívida, possuindo um índice maior que 0,7; enquanto que 28 (57,14%) empresas restantes estão com boa qualidade de dívida permanecendo abaixo dos 0,7.

Quando se combina os dados referentes ao grau de endividamento dessas empresas com o Quadro 5, é possível identificar uma relação entre este índice com o *audit delay*, as empresas que estão com má qualidade da dívida tiveram atrasos de 78 dias em média, enquanto que as que possuem boa qualidade da dívida tiveram atrasos de 59 dias, uma diferença de 19 dias.

4.8 AUDIT DELAY PELA “FIRMA DE AUDITORIA”

Nesta seção está demonstrada quais firmas de auditoria foram responsáveis pelas emissões dos pareceres das empresas analisadas.

QUADRO 22 - Abreviações

FIRMAS DE AUDITORIA	ABREVIACÕES
ACTUS	ACTUS
AFM	AFM
BAZZANEZE	BAZZANEZE
BDO RCS	BDO RCS
BERKAN AUDITORES	BERKAN
CHRONUS	CHRONUS
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU	DELOITTE
DIRECTA	DIRECTA
ERNST & YOUNG TERCO	EY TERCO
GRANT THORNTON	GTHOR
GUIMARÃES & ASSOCIADOS	GUIMA
HORWATH TUFANI, REIS & SOARES	HTRS
IRMÃOS CAMPOS & CERBONCINI	IRMAOS
JÂNIO BLERA DE ANDRADE	JANIO
KPMG	KPMG
LCC	LCC
MARTINELLI AUDITORES	MARTIN
MAZARS	MAZARS
MOORE STEPHENS PRIME	MOORE
NARAZZAQUI & CIA.	NARAZ
PADRÃO AUDITORIA S/S	PADRÃO
PRICEWATERHOUSECOOPERS	PWC
SACHO	SACHO
SANTANA & SOUSA	SANTANA
SICON	SICON
UHY MOREIRA	UHY

Fonte: elaborado pelo autor (2016).

Para fins de organização, os nomes das firmas foram abreviados de acordo com o Quadro 22.

QUADRO 23 - Firmas de auditoria

EMPRESAS	2011	2012	2013	2014	2015
AES SUL DISTRIB GAUCHA DE ENERGIA S.A.	EYTERCO	KPMG	KPMG	KPMG	EYTERCO
AES TIETE ENERGIA SA	EYTERCO	KPMG	KPMG	KPMG	EYTERCO
ALGAR TELECOM S/A	KPMG	KPMG	KPMG	EYTERCO	EYTERCO
ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A.	EYTERCO	PWC	PWC	PWC	KPMG
ANDRADE GUTIERREZ PART. S.A.	KPMG	DELOITTE	DELOITTE	DELOITTE	DELOITTE
BCO BRADESCO S.A.	KPMG	KPMG	KPMG	KPMG	KPMG
BCO BTG PACTUAL S.A.	EYTERCO	EYTERCO	EYTERCO	EYTERCO	DELOITTE
BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	DELOITTE	DELOITTE	DELOITTE	DELOITTE	DELOITTE
BRAZILIAN FINANCE E REAL ESTATE S.A.	PWC	MOORE	MOORE	MOORE	PWC
BRPR 45 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.	KPMG	EYTERCO	EYTERCO	EYTERCO	EYTERCO
BRPR 46 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.	KPMG	EYTERCO	EYTERCO	EYTERCO	EYTERCO
BRPR 53 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.	KPMG	EYTERCO	EYTERCO	EYTERCO	EYTERCO
BRPR 55 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.	KPMG	EYTERCO	EYTERCO	EYTERCO	EYTERCO
BRPR 56 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.	KPMG	EYTERCO	EYTERCO	EYTERCO	EYTERCO
CAGECE - CIA DE AGUA E ESGOTO DO CEARA	PWC	PWC	PWC	EYTERCO	EYTERCO
CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	KPMG	DELOITTE	DELOITTE	DELOITTE	DELOITTE
CIA INDUSTRIAL CATAGUASES	KPMG	EYTERCO	EYTERCO	EYTERCO	EYTERCO
CIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ	KPMG	DELOITTE	DELOITTE	DELOITTE	DELOITTE
CONC AUTO RAPOSO TAVARES S.A.	EYTERCO	EYTERCO	EYTERCO	DELOITTE	DELOITTE
CONC RIO-TERESOPOLIS S.A.	EYTERCO	EYTERCO	EYTERCO	PWC	PWC
CONC ROD.OESTE SP VIAOESTE S.A.	KPMG	DELOITTE	DELOITTE	DELOITTE	DELOITTE

...continua...

...continuação...

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.	EYTERCO	EYTERCO	DELOITTE	DELOITTE	DELOITTE
CORREA RIBEIRO S.A. COMERCIO E INDÚSTRIA	SANTANA	SANTANA	SANTANA	AFM	AFM
CPFL GERACAO DE ENERGIA S.A.	KPMG	DELOITTE	DELOITTE	DELOITTE	DELOITTE
ENERGISA S.A.	KPMG	DELOITTE	DELOITTE	DELOITTE	DELOITTE
GERDAU S.A.	DELOITTE	PWC	PWC	PWC	PWC
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	PWC	PWC	PWC	PWC	PWC
ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.	PWC	PWC	PWC	PWC	BDORCS
JOSAPAR-JOAOQUIM OLIVEIRA S.A. - PARTICIP	MOORE	MOORE	MOORE	MOORE	MOORE
KLABIN S.A.	DELOITTE	PWC	PWC	PWC	PWC
LOJAS AMERICANAS S.A.	PWC	PWC	PWC	PWC	PWC
LOJAS HERING S.A.	KPMG	ACTUS	ACTUS	ACTUS	ACTUS
MARCOPOLO S.A.	PWC	KPMG	KPMG	KPMG	KPMG
METALGRAFICA IGUACU S.A.	MOORE	MOORE	MOORE	MAZARS	MAZARS
METALURGICA GERDAU S.A.	DELOITTE	PWC	PWC	PWC	PWC
METALURGICA RIOSULENSE S.A.	EYTERCO	EYTERCO	EYTERCO	EYTERCO	MARTIN
MINASMAQUINAS S.A.	SICON	JANIO	JANIO	JANIO	JANIO
NUMERAL 80 PARTICIPAÇÕES S.A.	KPMG	DELOITTE	DELOITTE	DELOITTE	DELOITTE
PETROLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS	KPMG	PWC	PWC	PWC	PWC
REAL AI PIC SEC DE CREDITOS IMOBILIARIO S.A.	KPMG	LCC	LCC	LCC	LCC
SANSUY S.A. IND. DE PLASTICOS	NARAZ	PADRÃO	PADRÃO	PADRÃO	PADRÃO
SAO PAULO TURISMO S.A.	HTRS	SACHO	UHY	UHY	BAZZANEZE
SIDERURGICA J. L. ALIPERTI S.A.	SACHO	IRMAOS	IRMAOS	IRMAOS	SACHO
SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.	EYTERCO	KPMG	KPMG	KPMG	KPMG
TECBLU TECELAGEM BLUMENAU S.A.	GUIMA	GUIMA	GUIMA	GUIMA	GUIMA
TEKA-TECELAGEM KUEHNRIK S.A.	MARTIN	MARTIN	BDORCS	CHRONUS	BERKAN
TELEFÔNICA BRASIL S.A.	EYTERCO	DIRECTA	GTHOR	GTHOR	EYTERCO
VALE S.A.	PWC	PWC	PWC	KPMG	KPMG
VIA VAREJO S.A.	EYTERCO	EYTERCO	EYTERCO	DELOITTE	DELOITTE
TOTAL – BIG FOUR	40	36	36	36	36
TOTAL - OUTRAS	9	13	13	13	13

Fonte: elaborado pelo autor (2016).

Com base no exposto no Quadro 23, em média, 37 empresas foram analisadas por alguma firma de auditoria *Big Four* enquanto que 12 empresas foram analisadas por outras firmas de auditoria.

Para fins de cálculos, foi utilizado para compor a média do *audit delay* das empresas auditadas por algumas das *Big Four* e das empresas auditadas por outras firmas de auditoria, os dias de atrasos de cada ano analisado.

QUADRO 24 - *Audit delay Big Four X Audit delay Outras*

	2011	2012	2013	2014	2015	MÉDIA
Média de dias - <i>Big Four</i>	85	68	58	60	65	67
Média de dias - Outras	70	67	66	66	61	66

Fonte: elaborado pelo autor (2016).

O resultado apontou que as empresas auditadas por alguma *Big Four* apresentaram média de 67 dias de atrasos nos pareceres de auditoria, enquanto as empresas auditadas por outras firmas apresentaram média de 66 dias.

4.9 AUDIT DELAY POR “RODÍZIO DE AUDITORIA”

Nesta seção está demonstrada a relação entre o rodízio de auditoria e o *audit delay* das empresas analisadas neste estudo.

Rodízio de auditoria é a troca da firma de auditoria de um ano para o outro. Essa troca pode acontecer por força de lei ou por opção da empresa auditada. De acordo com a Instrução CVM 509/11, as empresas só podem ser auditadas pela mesma firma de auditoria por apenas 10 anos consecutivos, devendo haver a rotatividade do auditor independente em período não superior a 5 anos consecutivos.

De acordo com o Quadro 23, houve 62 trocas de firma de auditorias durante o período analisado, sendo 8 no primeiro ano, 30 no segundo, 4 no terceiro, 9 no quarto e 11 no quinto ano.

Contrapondo a média do *audit delay* nos anos das empresas que houveram o rodízio e a média o *audit delay* das empresas que não houveram rodízio, podemos observar que a média daquelas que praticaram o rodízio foi de 70 dias, enquanto que as que não trocaram de firma de auditoria foi de 69 dias, uma diferença de 1 dia em média, conforme o Quadro 25.

QUADRO 25 - *Audit delay* em relação aos rodízios da firma de auditoria

	2011	2012	2013	2014	2015	MÉDIA
Quantidade de rodízio	8	30	4	9	11	
Média de dias – com rodízio	70	58	77	71	74	70
Média de dias – sem rodízio	85	82	59	60	61	69

Fonte: elaborado pelo autor (2016).

Esse cálculo compara a média de cada ano das empresas com o rodízio da firma de auditoria e das empresas sem o rodízio, entretanto, quando se compara o *audit delay* das empresas no ano em que praticaram o rodízio e o *audit delay* do ano anterior, percebe-se que houve uma redução de 1 dia em média.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da presente pesquisa foi verificar os fatores que influenciam o *audit delay*. Para isso, foram analisadas 49 empresas listadas na BM&FBovespa, sendo as 24 empresas com mais ações preferenciais e 25 empresas com menos ações preferenciais negociadas nos anos de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015.

Os resultados mostraram que durante o período analisado houve uma média de 67 dias de atraso na entrega dos pareceres e que o setor com o menor *audit delay* foi o de Telecomunicações com 49 dias.

Com relação a presença do comitê da Governança Corporativa nas empresas, foi identificado uma diferença de 12 dias para mais nas empresas que não possuíam em relação aquelas que possuíam.

Com relação a presença de prejuízos nos exercícios analisados, foi identificado que a média do *audit delay* das empresas que tiveram prejuízos foi de 10 dias a mais do que aquelas que encerraram seus exercícios com lucro.

Com relação ao tipo de parecer emitido pelos auditores independentes, foi identificado que as empresas que tiveram algum tipo de ressalva no seu parecer tiveram um *audit delay* 10 dias a maior que aquelas que não possuíam nenhum. Essa diferença aumenta quando comparados com aquelas que o auditor independente se negou a emitir uma opinião, tendo uma diferença de 14 dias em média. Neste estudo não foi identificado nenhuma empresa com o parecer de opinião adversa.

Quanto a qualidade da liquidez das empresas, foi identificado que não houve variação entre o *audit delay*.

Quanto ao endividamento geral das empresas, foi identificado que as empresas que apresentaram o índice maior que 0,7 tiveram um aumento no *audit delay* de 19 dias se comparados com aquelas que se mantiveram abaixo desse número.

Quanto ao tamanho da empresa, foi identificado que 33,37% das maiores empresas entregaram seus pareceres com após 59 dias do encerramento do exercício auditado, em contrapartida, 41,67% das empresas menores também tiveram seu *audit delay* nesse prazo, portanto, nota-se que existe uma influência do tamanho da empresa nos atrasos dos pareceres, mas não foi possível identificar qual porte está efetivamente ligado aos atrasos.

Em relação a firma de auditoria ser uma *Big Four*, não foi possível identificar uma clara influência deste fator no *audit delay*, visto que a diferença entre os atrasos dos pareceres

das empresas auditadas por elas e aquelas auditadas por outras firmas foi de 1 dia, em média, para mais.

No mesmo sentido se encaixa o fator “Rodízio de firmas de auditoria”, as empresas que tiveram rodízio de auditoria tiveram média de atrasos maior em 1 dia que aquelas que não praticaram o rodízio.

Entretanto, os resultados apresentados aqui não devem ser generalizados, pois trata de informações pertinentes à amostra analisada. Além disso, é preciso estudos adicionais para identificar outros fatores além dos apresentados aqui e outras técnicas estatísticas, a fim de confirmar as informações deste estudo ou refutá-las.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, M. T. P.; GRECCO, C. P.; FORMIGONI, H.; NETO, O. R. M. A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. *Revista de Economia & Relações Internacionais*, São Paulo, v. 10, n. 20, p.5-19, jan. 2012. Semestral. Disponível em: <http://www.faap.br/pdf/faculdades/economia/revistas/ciencias-economicas/revista_economia_20.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2016.
- ARAÚJO, I. P. S.; ARRUDA, D. G.; BARRETTO, P. H. T. *Auditoria contábil: enfoque teórico, normativo e prático*. São Paulo: Saraiva, 2008. 366 p.
- ARRUDA, M. P.; SOUSA, R. A. M.; PENA, T. J. S.; PAULO, I. I. S. L. M.; PAULO, E. Repercussão do Anúncio dos Pareceres de Auditoria no Preço das Ações das Companhias Abertas Brasileiras. *ReFAE - Revista da Faculdade de Administração e Economia*, São Paulo, v. 4, n. 1, p.230-250, 31 dez. 2012. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ReFAE/article/view/3384>>. Acesso em: 02 abr. 2016.
- BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo. *Empresas listadas*. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/ciaslistadas/empresaslistadas/BuscaEmpre.aspx?idioma=pt-br>>. Acesso em: 09 mai. 2016.
- BRANDÃO, M. M.; BERNARDES, P. Governança Corporativa e o Conflito de Agência entre os Acionistas Majoritários e os Acionistas Minoritários no Sistema de Decisões Estratégicas das Corporações Brasileiras. In: XXIX Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, Brasília, DF, 2005. *Anais da ANPAD*, Brasília: ANPAD, 2005. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2005/FIC/2005_FICD565.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2016.
- BRASIL. *Lei nº 11.638*, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Diário Oficial da União, Brasília - Edição Extra – 28 de dezembro de 2007, Seção 1, p.2. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>. Acesso em: 05 abr. 2016.
- CAMARGO, R. C. C. P.; FLACH, L. *Audit report lag e expertise da firma de auditoria: uma análise com empresas listadas na BM&FBovespa*. IX Congresso AnpCont, Curitiba, 2015. Disponível em: <<http://congressos.anpcont.org.br/ix/anais/files/2015-05/mfc260.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2016.

CAMARGO, R. V. W. Determinantes dos pareceres dos auditores independentes emitidos às companhias negociadas na BM&FBOVESPA. 206f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/96409/304057.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

CARIDE, K. *Conheça quem são as Big Four no mundo da consultoria*. Project Builder: Conhecimentos. 2015. Disponível em: <<http://www.projectbuilder.com.br/blog-pb/entry/conhecimentos/conheca-quem-sao-as-big-four-no-mundo-da-consultoria>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

CFC - Conselho Federal de Contabilidade. *Normas brasileiras de contabilidade: NBC TA – de auditoria independente: NBC TA estrutura conceitual, NBC TA 200 a 810*. Conselho Federal de Contabilidade, Publicação eletrônica, Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2012. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/NBC_TA_AUDITORIA.pdf>. Acesso em 17 abr. 2016.

_____. *Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade: auditoria e perícia*. 3. ed, Brasília: CFC, 2008. 456p. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/livro_auditoria-e-pericia.pdf>. Acesso em: 01 out. 2016.

CNSA - Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria. *Comunicado, circularização*. 2010. Disponível em: <<http://www.cnsa.pt/comunicados/Circularizacao.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

CPC - Comitê De Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento técnico CPC 03 (R2). Demonstração dos Fluxos de Caixa. 2010. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/183_CPC_03_R2_rev%2004.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2016.

CPC - Comitê De Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento técnico CPC 26 (R1). Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. 2011. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2016.

CREPALDI, S. A. *Auditoria Contábil: teoria e prática*. 9. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2013. 874 p.

CREPALDI, S. A. Origem, evolução e desenvolvimento da auditoria. *Portal da Classe Contábil*, out. 2006. Disponível em: <<http://www.classecontabil.com.br/artigos/origem-evolucao-e-desenvolvimento-da-auditoria>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

CUNHA, P. R.; LUNELLI, L. O.; SANTOS, V. FAVERI, D. B.; JÚNIOR, M. M. R. Relação entre as características do Comitê de Auditoria e o atraso da emissão do relatório da auditoria independente (*audit delay*). *Contabilidade Gestão e Governança*, v. 18, n. 3, 2015. Disponível em: <<https://www.cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/804>>. Acesso em: 09 mai. 2016.

CVM - Comissão de Valores Mobiliários. *Auditores Independentes*. 2015. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/menu/regulados/auditores/aud_independentes.html>. Acesso em: 13 abr. 2016.

CVM - Comissão de Valores Mobiliários. *Instrução CVM nº 509*, de 16 de novembro de 2011. Acrescenta artigos à Instrução CVM nº 308/99, que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas no relacionamento com os auditores independentes, e altera artigos e anexo da Instrução CVM nº 480/09, que dispõe sobre o registro de emissores de valores mobiliários admitidos à negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários. Diário Oficial da União, Brasília, 17 de novembro de 2011. Disponível em: <<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/instrucao-cvm-509-2011.htm>>. Acesso em: 05 out. 2015.

DUTRA, J. S. *Gestão de pessoas: modelo, processos, tendências e perspectivas*. 1. ed. 9. reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

FERNANDES, L. K. R. *Método de pesquisa qualitativa: usos e possibilidades*. 2014. Disponível em: <<https://psicologado.com/psicologia-geral/introducao/metodo-de-pesquisa-qualitativa-usos-e-possibilidades>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

FERNANDES, Susana; PINTO, Mónica. *Afinal o que são e como se calculam os quartis?* Universidade do Algarve, Departamento de Matemática. 2012. Disponível em: <https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/2963/1/SFernandes_MMPinto_quartis_no_ensino.pdf>. Acesso em: 11 out. 2016.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisas*. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <<http://docente.ifrn.edu.br/mauriciofacanha/ensino-superior/redacao-cientifica/livros/gil-a-c.-como-elaborar-projetos-de-pesquisa.-sao-paulo-atlas-2002.>> Acesso em: 20 mar. 2016.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. *Código das melhores práticas de governança corporativa*. 5. ed. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. São Paulo: IBGC, 2015. 108p. Disponível em: <http://www.ibgc.org.br/userfiles/2014/files/codigoMP_5edicao_web.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2016.

JUSTI, J.; VIEIRA, T. P. *Manual para padronização de trabalhos de graduação e pós graduação lato sensu e stricto sensu*. Rio Verde: Ed. UniRV, 2016.

MALACRIDA, M. J. C.; YAMAMOTO, M. M. Governança corporativa: nível de evidencição das informações e sua relação com a volatilidade das ações do Ibovespa. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo: USP, Edição Comemorativa, p. 65 - 79, set. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v17nspe/v17nspea06>>. Acesso em 29 mar. 2016.

MARION, José Carlos. *Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial*. 7ª ed. Editora Atlas, 2012.

MOURA, F. V.; DANIEL, A. F.; GOMES, J. N.; PEREIRA, J. J. Conflitos de Agência, Legitimidade e o discurso sobre Governança Corporativa: o caso Petrobrás. In: *XI Congresso USP, Iniciação Científica - Universidade de São Paulo*, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos142014/an_resumo.asp?con=2&cod_trabalho=316>. Acesso em 29 mar. 2016.

PEREIRA, A. N. *Determinantes do atraso em auditoria externa (audit delay) em companhias brasileiras*. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciências Contábeis, Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças - FUCAPE, Vitória. 2011.

PEREIRA, A. N.; COSTA, F. M. Determinantes do atraso de auditoria externa (*audit Delay*) em companhias brasileiras. In: XXXVI Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração, Rio de Janeiro, RJ, 2012. *Anais da EnANPAD*, Rio de Janeiro: ANPAD, 2012. Disponível em: <http://www.fucape.br/_public/producao_cientifica/2/ANTONIO.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2016.

PEREZ JUNIOR, J. H. *Auditoria das demonstrações contábeis*. 2015. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=Sh-HCgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=t%C3%A9cnicas+de+auditoria&ots=aPIjVua6UN&sig=LaN5f3_SRn4k2Vmq2B0W7VmhHYI#v=onepage&q=t%C3%A9cnicas%20de%20auditoria&f=false>. Acesso em: 19 mar. 2016.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Editora Universidade FEEVALE, 2013.

RAMOS, Fernando Maciel, CUNHA, Paulo Roberto da. *Influência do rodízio de auditoria no audit delay das companhias brasileiras listadas na BM&FBovespa*. 2012. Disponível em: <<http://www.contecsi.fea.usp.br/envio/index.php/contecsi/12CONTECSI/paper/viewFile/3079/2360> - Ramos e Cunha (2012)>. Acesso em: 01 out. 2016.

SÁ, A. L. *Curso de auditoria*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 568p.

SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. In: IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade, Brasília, DF, 2013. *Anais da EnEPQ*, Brasília: EPQ, 2013. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEPQ/enepq_2013/2013_EnEPQ129.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2016.

TANAKA, E. *Como calcular e avaliar o endividamento da sua empresa!* 2015. Disponível em: <<http://blog.pr.sebrae.com.br/financas/como-calcular-e-avaliar-o-endividamento-da-sua-empresa>>. Acesso em: 18 out. 2016.

TORRES, F. Balanços retardatários. *Valor Econômico On Line*. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br/impresso/investimentos/119/430011/balancos-retardatarios>>. Acesso em: 19 out. 2016.

VELOZO, Erica Jann, PINHEIRO, Leonardo Barboza, SANTOS, Marcos José Araújo dos; CARDOZO, Julio Sergio de Souza. Concentração de firmas de auditoria: atuação das big four no cenário empresarial brasileiro. *Pensar Contábil*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 55, p. 56 - 64, set./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/1984/1792>>. Acesso em: 05 out. 2016.

APÊNDICE

Empresas integrantes da amostra desta pesquisa:

Nº	Denominação social	Setor	Ações Preferenciais
1	CPFL GERACAO DE ENERGIA S.A.	UTILIDADE PÚBLICA	136.991.810.529
2	ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A.	BENS INDUSTRIAIS	58.947.782.010
3	CIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ	UTILIDADE PÚBLICA	23.532.767.571
4	CONC ROD.OESTE SP VIAOESTE S. A	BENS INDUSTRIAIS	6.988.146.121
5	PETROLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS	PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS	5.602.042.788
6	ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.	FINANCEIRO E OUTROS	4.575.176.570
7	BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	FINANCEIRO E OUTROS	3.712.111.703
8	ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	FINANCEIRO E OUTROS	2.936.875.751
9	KLABIN S.A.	MATERIAIS BÁSICOS	2.883.910.625
10	BCO BRADESCO S.A.	FINANCEIRO E OUTROS	2.776.800.721
11	VALE S.A.	MATERIAIS BÁSICOS	2.027.127.718
12	BCO BTG PACTUAL S.A.	FINANCEIRO E OUTROS	1.311.847.544
13	CONC AUTO RAPOSO TAVARES S.A.	BENS INDUSTRIAIS	1.308.194.522
14	AES TIETE ENERGIA SA	UTILIDADE PÚBLICA	1.155.173.928
15	GERDAU S.A.	MATERIAIS BÁSICOS	1.146.031.245
16	TELEFÔNICA BRASIL S. A	TELECOMUNICAÇÕES	1.119.340.706
17	LOJAS AMERICANAS S.A.	CONSUMO CÍCLICO	880.046.179
18	ANDRADE GUTIERREZ PART. S.A.	FINANCEIRO E OUTROS	861.584.593
19	CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	UTILIDADE PÚBLICA	838.076.946
20	SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.	MATERIAIS BÁSICOS	736.590.145
21	CONSTRUTORA BETER S.A.		728.933.720
22	ENERGISA S.A.	UTILIDADE PÚBLICA	695.046.557
23	VIA VAREJO S.A.	CONSUMO CÍCLICO	635.040.080
24	METALURGICA GERDAU S.A.	MATERIAIS BÁSICOS	605.757.559

...continua...

...continuação...

25	MARCOPOLO S.A.	BENS INDUSTRIAIS	555.274.340
26	TEKA-TECELAGEM KUEHNRIK S.A.	CONSUMO CÍCLICO	335.240
27	CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.	CONSUMO CÍCLICO	248.079
28	METALURGICA RIOSULENSE S.A.	BENS INDUSTRIAIS	240.000
29	NUMERAL 80 PARTICIPAÇÕES S.A.	BENS INDUSTRIAIS	164.194
30	METALGRAFICA IGUACU S.A.	MATERIAIS BÁSICOS	138.896
31	JOSAPAR-JOIAQUIM OLIVEIRA S.A. - PARTICIP	CONSUMO NÃO CÍCLICO	131.368
32	SANSUY S.A. IND. DE PLASTICOS	MATERIAIS BÁSICOS	126.463
33	SIDERURGICA J. L. ALIPERTI S.A.	FINANCEIRO E OUTROS	123.455
34	SAO PAULO TURISMO S.A.	CONSUMO CÍCLICO	114.095
35	TECBLU TECELAGEM BLUMENAU S.A.	CONSUMO CÍCLICO	102.590
36	AES SUL DISTRIB GAUCHA DE ENERGIA S.A.	UTILIDADE PÚBLICA	87.969
37	LOJAS HERING S.A.	CONSUMO CÍCLICO	84.783
38	ALGAR TELECOM S/A	TELECOMUNICAÇÕES	62.141
39	CAGECE - CIA DE AGUA E ESGOTO DO CEARA	NÃO CLASSIFICADA	56.684
40	CONC RIO-TERESOPOLIS S.A.	BENS INDUSTRIAIS	37.680
41	MINASMAQUINAS S.A.	BENS INDUSTRIAIS	22.425
42	CORREA RIBEIRO S.A. COMERCIO E INDÚSTRIA	FINANCEIRO E OUTROS	15.338
43	CIA INDUSTRIAL CATAGUASES	CONSUMO CÍCLICO	1.109
44	BRAZILIAN FINANCE E REAL ESTATE S.A.	FINANCEIRO E OUTROS	478
45	BRPR 45 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.	FINANCEIRO E OUTROS	10
46	BRPR 46 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.	FINANCEIRO E OUTROS	10
47	BRPR 53 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.	FINANCEIRO E OUTROS	10
48	BRPR 55 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.	FINANCEIRO E OUTROS	10
49	BRPR 56 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.	FINANCEIRO E OUTROS	10
50	REAL AI PIC SEC DE CREDITOS IMOBILIARIO S.A.	FINANCEIRO E OUTROS	10